

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 1 Janeiro - Abril 2024

ESPECIAL 40

A TRADIÇÃO CERÂMICA ITARARÉ-TAQUARA: CARACTERÍSTICAS, ÁREA DE OCORRÊNCIA E ALGUMAS HIPÓTESES SOBRE A EXPANSÃO DOS GRUPOS JÊ NO SUDESTE DO BRASIL

Astolfo Gomes de Mello Araujo*

RESUMO

Neste artigo é feita uma breve discussão dos conceitos de *fase e tradição* e suas implicações no entendimento das áreas de distribuição de vestígios cerâmicos relacionados ao que se chama de tradição cerâmica Itararé-Taquara, presente no sudeste e sul do Brasil. São apresentados novos dados relativos à tradição Itararé-Taquara provenientes do estado de São Paulo. Com base nesses dados, são propostas algumas hipóteses para se entender a origem e dispersão dos grupos humanos detentores dessa tecnologia cerâmica.

Palavras-chave: arqueologia; cerâmica; tradição Itararé-Taquara; Kaingang.

* Este artigo é uma republicação do original de 2007 de Astolfo Gomes de Mello Araújo: *A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil*. Revista de Arqueologia, v. 20, n. 1, p. 09–38, 2007. DOI: [10.24885/sab.v20i1.225](https://doi.org/10.24885/sab.v20i1.225).

** Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). E-mail: astwolfo@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0349-1226>.

ITARARÉ-TAQUARA CERAMIC TRADITION: CHARACTERISTICS, OCCURENCE AREAS, AND SOME HYPOTHESIS ON THE EXPANSION OF JÊ GROUPS IN SOUTHEASTERN BRAZIL

ABSTRACT

In this article we briefly discuss the concepts of *phase* and *tradition*, and their implications for the understanding of the distribution of ceramic traces of the so called Itararé-Taquara ceramic tradition in southern and southeastern Brazil. We present new data related to the Itararé-Taquara tradition, from the state of São Paulo. Based on such data, we raise some hypotheses about the origin and dispersion of human groups bearers of this ceramic technology.

Keywords: archeology; ceramics; Itararé-Taquara tradition; Kaingang.

LA TRADICIÓN CERÁMICA ITARARÉ-TAQUARA: CARACTERÍSTICAS, ZONA DE OCURRENCIA Y ALGUNAS HIPÓTESIS SOBRE LA EXPANSIÓN DE LOS GRUPOS JÊ EN EL SUDESTE DE BRASIL

RESUMEN

Este artículo discute brevemente los conceptos de *etapa* y *tradición* y sus implicaciones para la comprensión de las zonas de distribución de los restos cerámicos relacionados con lo que se conoce como la tradición cerámica Itararé-Taquara, presente en el Sudeste y Sur de Brasil. Se presentan nuevos datos sobre la tradición Itararé-Taquara del estado de São Paulo. A partir de estos datos, se plantena algunas hipótesis para comprender el origen y la dispersión de los grupos humanos que poseían esta tecnología cerámica

Palabras clave: arqueología; cerámica; tradición Itararé-Taquara; Kaingang.

INTRODUÇÃO

Desde meados do século XX pesquisadores perceberam a ocorrência, em amplas regiões do Brasil meridional e nordeste da Argentina, de um conjunto de vestígios arqueológicos englobando vasilhames de cerâmica relativamente pequenos, com paredes finas e coloração escura, associados muitas vezes a feições construídas em terra, como depressões, aterros, cordões de terra e montículos. A denominação e suposto significado desse conjunto de vestígios arqueológicos foi mudando de acordo com os dados disponíveis, sendo chamado de *tradição Itararé*, *tradição Taquara* e correlatos, mas algumas questões importantes continuam em aberto. Apesar de muito já ter sido escrito sobre estas manifestações de cultura material pré-colonial (Mentz Ribeiro, 2000; Miller Jr., 1978; Noelli, 2000a, 2000b; Reis, 1997; Schmitz, 1988), a tônica é sempre voltada para a Região Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e muito pouco tem sido discutido com relação ao Sudeste e Centro-Oeste do país. Pretende-se, neste artigo, apresentar um panorama histórico do que iremos chamar *tradição Itararé-Taquara*, ou seja, um panorama da construção de um *conceito*. Serão também discutidas algumas questões a respeito do significado desses conjuntos de artefatos em termos etno-históricos, bem como sobre os modelos que visam dar conta da expansão dos grupos humanos responsáveis por tais vestígios, levando em conta dados novos provenientes de porções mais setentrionais do território brasileiro.

PRONAPA, FASES, TRADIÇÕES E PROBLEMAS

Antes de iniciar a discussão a respeito desses conjuntos artefatuais agregados sob o rótulo *tradição Itararé-Taquara*, seria importante colocar de maneira breve alguns dos problemas inerentes à classificação dos vestígios arqueológicos em “fases” e “tradições”.¹

No Brasil, as definições do que é uma fase e uma tradição foram realizadas em meados da década de 1960 e revistas uma década depois (Pronapa, 1976),² sendo desde então utilizadas sem maiores questionamentos ou modificações. Tais conceitos podem ter sua origem traçada a partir do *Midwestern Taxonomic Method*³ (McKern, 1939), a primeira tentativa realizada por arqueólogos norte-americanos, nos anos 1930, para resolver o problema do conceito vago de “cultura” (Lyman *et al.*, 1997, p. 160). Passando por várias remodelações e após algumas décadas de debate, Phillips e Willey (1953) (Willey; Phillips, 1958) propuseram um sistema semelhante, o qual foi parcialmente adotado pelo Pronapa (1976). Assim, temos:

Fase: qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, relacionado no tempo e no espaço, em um ou mais sítios (Pronapa, 1976, p. 131, grifo do autor).

Tradição: grupo de elementos ou técnicas que se distribuem com persistência temporal (Pronapa, 1976, p. 145, grifo do autor).

É importante notar, porém, que as definições de *fase* e *tradição* do Pronapa não correspondem exatamente ao proposto por Willey e Phillips (1958). Assim, seria mais

¹ Um tratamento abrangente do problema foi apresentado por Dias (1994).

² Na verdade, apesar de uma revisão de vários outros termos técnicos, os conceitos de fase e tradição não foram modificados.

³ Também conhecido por McKern Taxonomic System, Midwestern System of Classification etc.

preciso afirmar que os conceitos assinalados são uma contribuição do Pronapa à vasta galeria de significados atribuídos a conceitos similares propostos nos Estados Unidos desde os anos 1930 (p. ex. “modo”, “horizonte”, “estilo-horizonte”, “estilo”, “componente”, “aspecto”, “focus” etc.) do que uma derivação imediata de Willey e Phillips.

Concebidos inicialmente como ferramentas para sistematizar os conhecimentos provenientes de uma *terra incógnita*, os conceitos de fase e tradição acabaram por cursar um caminho interessante: a princípio eram destituídos de qualquer significado “etnológico”, e nisso eram bastante semelhantes ao Midwestern Taxonomic Method. Com o tempo, tornaram-se um fim em si; as pesquisas arqueológicas resultavam na definição de fases, muitas delas baseadas em um ou dois sítios,⁴ e este parecia ser o objetivo básico. Posteriormente, talvez por uma influência tardia da New Archaeology e da necessidade de se chegar a resultados “antropológicos”, os conceitos começaram a tomar vida própria, sendo comparados a “unidades autônomas e semiautônomas” ou “tribos” (fases) e “entidades tribais ou linguísticas” ou “nações” (tradições) (Meggers; Evans, 1985, p. 5; Schmitz, 1991, p. 72). Este fenômeno, o da tentativa de transformação de unidades “éticas”, desenvolvidas pelo pesquisador para ordenar seu material de estudo, em unidades “êmicas”, pretensamente relacionadas à organização social ou mental dos povos estudados, ocorreu também na arqueologia e antropologia norte-americanas (Dunnell, 1986, p. 177; Harris, 1968, p. 571-575).

Talvez o maior problema com os conceitos *fase* e *tradição* seja o fato de os mesmos não configurarem classes, mas sim grupos. Neste ponto, é importante analisar algumas diferenças que foram colocadas por Dunnell (1971) e que, se aplicadas, podem evitar uma infinidade de mal-entendidos. Primeiramente, a diferença entre “definição” e “descrição” deve ficar bem clara. Uma definição pode ser de dois tipos, definição extensiva e definição intensiva. Definição extensiva de um termo é feita por meio de uma listagem de todos os objetos aos quais o termo é aplicável. Como resultado, tais definições se restringem a definir o que já é sabido de antemão. A definição intensiva, por sua vez, especifica um conjunto de atributos que um objeto, seja ele conhecido ou não, deve apresentar para ser considerado referente a um dado termo. É uma listagem explícita das qualidades que usamos de maneira geralmente intuitiva para identificar algo como sendo uma cadeira, por exemplo. É claro que a listagem não irá incluir todos os atributos de todas as cadeiras, mas apenas os que são importantes em sua identificação. A definição intensiva é realizada, portanto, por meio de um conjunto de condições necessárias e suficientes para que um artefato possa ser considerado pertencente a uma dada classe. A primeira diferença fundamental está aqui: se um artefato desconhecido tem de ser classificado, é possível declarar se ele é ou não uma cadeira por meio da confrontação com a definição de cadeira. Assim, a definição intensiva tem um valor preditivo e heurístico. Aqui está o maior poder da descrição intensiva: permitir a comunicação de informação nova, em vez de apenas dirigir nossa atenção para o que já é sabido.

A segunda distinção básica é entre classe e grupo, e está baseada na distinção entre ideias (conceitos) e fenômenos (vestígios, “coisas”): classes são formadas por elementos que apresentam um ou mais atributos que se encaixam em uma dada definição, que é a própria definição da classe. Uma classe é, portanto, ideativa, pertence ao domínio das ideias, não é delimitada por tempo ou espaço, é uma construção teórica. Grupos, por sua vez, são “definidos” extensivamente, por meio de uma listagem de casos, de instâncias

⁴ O que, apesar de parecer um contrassenso, é até possível, dada a definição de *fase*.

que pertencem ao grupo. Por serem compostos de fenômenos, pertencem ao domínio fenomenológico, são válidos apenas para um determinado tempo e espaço. Classes precisam ser definidas, grupos precisam ser descritos. Quando um grupo é “definido” o que geralmente ocorre é que uma lista de objetos pertencentes ao grupo é fornecida, ou seja, é apresentada uma definição extensiva. Isto faz dos grupos, unidades amorfas, cujo sentido original se perde toda vez que um novo “caso” tem que ser adicionado: *“An object or event cannot be assigned to a pre-existing group on the basis of its formal characters without altering the “definition” of the group”* (Dunnell, 1971, p. 88).

As vantagens de classes em relação a grupos são patentes quando se pensa em termos de construção de conhecimento: uma vez definida, a classe não muda a cada nova informação. Os membros de uma classe são agregados a ela por meio da identidade. No caso dos grupos, seus membros são agregados por meio do conceito de similaridade, que não é precisamente definido em termos teóricos. Um exemplo recente do raciocínio por trás do conceito de “fase” e “tradição” pode ser apresentado:

As similaridades [...] servem para agrupar os sítios em fases e estas em tradições. As diferenças servem para indicar os limites das fases de uma mesma tradição entre si, assim como separam também as diversas tradições. [...] Quando podemos observar que as diferenças entre conjunto [sic] de fases são mais expressivas que as continuidades entre elas, deduzimos que, na verdade, estamos [diante de] tradições também diferenciadas. (Dias Jr., 1992, p. 166, grifo do autor)

Identidade permite demonstração, enquanto similaridade se baseia apenas em termos de plausibilidade (Dunnell, 1971, p. 91). Classes podem, portanto, ser comparadas entre si, independentemente de sua posição espacial ou cronológica, sem precisar se apoiar em termos de “indicações” ou “deduções”, como é o caso dos grupos.

Com base no que foi colocado acima, torna-se mais fácil perceber onde está o “calcanhar de Aquiles” dos conceitos de fase e tradição. Seus objetivos primordiais, a organização de dados com vistas à comparação, integração e construção de conhecimento, ficam severamente limitados pelo fato de estarmos tratando de grupos, e não de classes. Isto posto, parece que a utilidade maior das “tradições” é simplesmente nomear coisas. Assim, ao falarmos em “tradição Itararé” ou “tradição Tupi-guarani” sabemos que a maioria dos colegas compreenderá, em termos gerais, do que estamos falando.

MENGHIN E O “ELDORADENSE” ARGENTINO

Em 1957 o arqueólogo argentino Osvaldo Menghin publicou os resultados de suas viagens de estudo pela província de Misiones, região próxima à fronteira com o Brasil, delimitada pelos rios Iguazu, Paraná e Uruguai, e descreveu uma cerâmica simples, lisa, mas bem elaborada, de cor cinza, raramente avermelhada e sem decoração. As formas representariam pequenas taças e vasos de paredes mais altas que se estreitariam em direção à boca (Menghin, 1957, p. 30). Na mesma região, o autor visita *túmulos y terraplenes circulares* que nas palavras do autor:

Es un fenómeno tan extraordinario para la zona — y algo nuevo para toda Sudamérica — que la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires despachó una comisión oficial para el estudio de estos monumentos [...] (Menghin, 1957, p. 30; vide prancha 1).

A referida comissão era chefiada pelo próprio Menghin e suas descrições dão conta de círculos de terra com diâmetros variando entre 60m e 180m. O círculo maior apresenta um montículo no centro (que o autor chama de “túmulo”), cujas dimensões são 20m de diâmetro e 3m de altura. Nas proximidades destas estruturas de terra o autor encontrou o mesmo tipo de cerâmica, mas com alguma decoração plástica na forma de impressão de cestaria e punções. Menghin denominou o complexo de cerâmica e estruturas de terra de “Eldoradense”, e especulou que tais achados remontariam a um período Neolítico Antigo, anterior à ocupação Guarani, atribuindo-os tentativamente a grupos Jê, embora achasse que a cerâmica era muito fina para ser atribuída a tais grupos (Menghin, 1957, p. 34).

Para definir a identidade étnica de tal grupo, o autor afirmou que

eso presupone el conocimiento mucho más profundo de la arqueología prehistórica no solamente de Misiones, sino también del Brasil, que hasta la fecha es casi tierra incógnita desde este punto de vista (Menghin, 1957, p. 34).

A situação de “terra incógnita” começou a mudar somente uma década depois.

A AMPLIAÇÃO DO CENÁRIO NO BRASIL

Em 1967, Igor Chmyz publicou um artigo definindo uma fase cerâmica denominada fase Itararé, reconhecida no nordeste do Paraná, na divisa com São Paulo, na confluência dos rios Itararé e Paranapanema. No ano seguinte, com base em informações provenientes de outros sítios no território paranaense, o autor propôs a definição da tradição Itararé, inicialmente baseada somente em cerâmica: vasilhames pequenos e finos com pouca variação nas formas, geralmente sem decoração e apresentando cores entre marrom escuro, cinza e negro (Chmyz, 1968a). No mesmo artigo, o autor definiu a tradição Casa de Pedra, também com base em atributos da cerâmica, diferenciando as duas tradições com base principalmente nas formas e tratamento de superfície. Conforme será visto adiante, as diferenças entre as duas tradições são por demais tênues para que se possa pleitear uma distinção entre elas, no sentido em que o termo é empregado.

Concomitantemente, Eurico Miller (1967) definiu a fase Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul. Associada a esta fase estão as chamadas “casas subterrâneas”, que são depressões doliniformes provavelmente escavadas com o intuito de fornecer abrigo (embora nem todas pareçam ser artificiais, cf. Araujo, 2001; Kamase, 2004), e uma cerâmica cujos recipientes reconstituídos apresentam formas entre cônicas e cilíndricas, de pequenas dimensões e com decoração plástica, esta sendo “muito frequente”, segundo Schmitz (1988, p. 80). Dois anos depois a tradição Taquara, nomeada com base na fase de mesmo nome, é definida em uma publicação do Pronapa (Brochado *et al.*, 1969). Já em 1971, Miller propõe a integração das duas tradições, Itararé e Taquara, que seriam encaradas como subtradições, a exemplo do que então ocorria com as subtradições Pintada, Corrugada e Escovada da tradição Tupi-guarani:

As tradições Taquara e Itararé sejam consideradas tão somente como subtradições de uma única tradição (pré-Kaingang?), devido ao inter-relacionamento e unidade cultural conferidos pela análise de conjunto das fases correlacionadas dentro do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Misiones (Argentina)... (Miller, 1971, p. 54).

Talvez a sugestão de Miller não tenha sido acatada pela maior dificuldade em se distinguir o que seria uma “subtradição Itararé” em oposição a uma “subtradição Taquara”. Isso não ocorria com as óbvias diferenças entre pintado, corrugado e escovado que apareciam em diferentes proporções dentro da cerâmica Tupi-guarani. Seja lá qual tenha sido o motivo, o fato é que discussões a respeito de uma junção entre as tradições Itararé, Casa de Pedra e Taquara vieram à baila diversas vezes (p. ex. Miller Jr., 1978; Schmitz, 1988; Schmitz *et al.*, 1980), e tal junção não vingou.

Trabalhos posteriores mostraram uma ampla gama de sítios atribuídos a uma ou outra “tradição”, ocorrendo em ambientes diferentes, desde o litoral meridional até as margens do rio Paraná. Feições como as chamadas “casas subterrâneas”,⁵ detectadas inicialmente pelo arqueólogo norte-americano Alan Bryan em 1960 (cf. Schmitz, 1988, p. 8) foram encontradas às centenas e geralmente associadas à cerâmica. Trata-se de depressões doliniformes, com diâmetros variando entre 2m e 20m, a maioria com formato circular, embora um número considerável apresente formas elípticas (Reis, 1997; Schmitz, 2002; Milder, 2005). O primeiro trabalho sistemático em uma “casa subterrânea” foi realizado por Chmyz (1963), mas o autor não encontrou material cerâmico associado.⁶ Posteriormente, elas foram trabalhadas por Schmitz e colaboradores em meados dos anos 1960 (Schmitz, 1967; Schmitz, 1988), resultando no cadastramento de 54 sítios contendo um total aproximado de 200 depressões (Schmitz, 1988, p. 1314). Outras “casas subterrâneas” foram localizadas por La Salvia (1968), Miller (1971) e Mentz Ribeiro (1991) (Mentz Ribeiro; Ribeiro, 1985; Mentz Ribeiro *et al.*, 1994) no Rio Grande do Sul; Piazza (1969), Reis (1982) e Rohr (1969, 1971) em Santa Catarina; Chmyz (1968a, 1968b; Chmyz; Sauner, 1971) no Paraná; e também por Araujo (1995, 2001) e Prous (1979) em São Paulo. Caggiano (1984, p. 12) também comenta a existência de “casas pozo” associadas à tradição Eldoradense do noroeste argentino.

Estruturas de terra também foram encontradas, seja na forma de montículos circulares e elípticos de vários tamanhos ou lineares (cordões de terra), estes últimos alcançando às vezes dezenas de metros. La Salvia (1968) descreve para a região de Vacaria/RS montículos elipsoidais com até 5m de eixo maior, e circulares com até 3m de diâmetro, com alturas variando entre 0,40m e 1m. Os montículos foram construídos tanto de terra como de terra e pedras. Miller (1971) descreve montículos funerários de formato elíptico (o maior apresentando eixos de 70cm × 180cm) dentro de um abrigo, com pequenos blocos de pedra a circundá-los, tendo encontrado além de ossos humanos um vasto inventário incluindo artefatos de madeira, trançados de fibra vegetal etc. Mentz Ribeiro e Ribeiro (1985, p. 51) citam a existência de estruturas de terra lineares no município de Esmeralda, norte do RS, formando círculos cujos diâmetros variavam entre 21m e 70m, e em uma instância os círculos eram unidos por uma figura trapezoidal. Mentz Ribeiro (1991, p. 127) também descreve montículos elípticos no vale do Rio Pardo (RS), o maior deles medindo 6m × 3,4m e 0,5m de altura, outros três com metade destas dimensões. No Paraná, Ambrosetti (1895) cita a existência de montículos *largos y angostos* encontrados nas proximidades da antiga Colônia Militar brasileira da foz do Iguaçu.

⁵ O termo “casa subterrânea” é bastante infeliz, primeiramente por conferir a estas feições uma função *a priori*, e em segundo lugar por não se tratar de estruturas verdadeiramente subterrâneas. Alguns autores ainda tentaram remediar a situação chamando-as de “casas semissubterrâneas” (La Salvia, 1968, p. 106).

⁶ Posteriormente, vários autores notaram que o material arqueológico se encontra com muito mais frequência fora das depressões (p. ex. Caldarelli; Herberts, 2005; Schmitz *et al.*, 2002).

O aspecto artificial dos mesmos levou o autor a empreender a escavação de vários deles, sem, porém, encontrar vestígios de ossos humanos ou cerâmica, concluindo que talvez fossem montículos naturais.⁷ Chmyz (1968b) descreve um possível “cemitério” no Médio Iguaçu, onde vários montículos elípticos situavam-se no interior de um cordão de terra de formato aproximadamente retangular (Chmyz, 1968b, p. 47). Tanto os montículos quanto a estrutura linear apresentavam uma altura de 40cm, e valas resultantes da retirada de terra podiam ser observadas na parte de fora do cordão de terra e ao lado de cada montículo. Em outro artigo, Chmyz e Sauner (1971, p. 11) descrevem dois tipos de montículos para o Vale do Rio Piquiri: um de forma elíptica, com os eixos maiores variando de 1,20m a 3m de comprimento e alturas entre 0,40 e 0,50m, e um outro tipo em forma de cone truncado, com uma valeta circundante, diâmetros entre 4 e 13m, alturas entre 1,50m e 2m. O primeiro tipo ocorria em conjuntos desordenados, enquanto o segundo era mais raro e os montículos ocorriam isolados. Na margem esquerda do Paranapanema, próximo à divisa com São Paulo, Chmyz (1977) cita a existência de montículos elípticos medindo em média 5m de comprimento por 2m de largura e 1m de altura. O local estava na faixa de depleção do reservatório de Salto Grande e, portanto, parcialmente submerso. O autor não encontrou cerâmica nos cortes que efetuou no local, e por isso associou-os a uma fase pré-cerâmica (fase Timburi). As características, porém, sugerem que sejam montículos associados à tradição Itararé-Taquara.

Em São Paulo, Robrahn-González (1999, p. 301) cita a existência de cemitérios no Médio Ribeira, locais com concentrações de montículos elípticos de terra e pedras, com dimensões variando de 1m de comprimento por 0,5m de largura e 0,2m de altura até 4,5m de comprimento por 3m de largura e 0,6m de altura. Araujo (2001) também detecta sítios contendo montículos no Alto Paranapanema.

Por fim, o arqueólogo amador Kiju Sakai (1981, p. 86-97) relata a escavação, em 1940, de montículos tumulares no Vale do Tietê, nas cidades de Lins, Promissão e Guararapes.

AFINAL, QUANTAS TRADIÇÕES?

Uma análise da bibliografia, principalmente das sínteses a respeito das três tradições (Schmitz, 1988; Schmitz; Becker, 1991) mostra que existem muito mais semelhanças do que diferenças entre os atributos utilizados em suas definições. Se em um primeiro momento, diante da escassez de dados, a tradição Taquara parecia algo um tanto distinto das tradições Itararé e Casa de Pedra presença de casas subterrâneas e abundância de decoração plástica na primeira versus ausência de casas subterrâneas e pouca decoração ou mesmo ausência desta nas duas últimas — isso não pode ser dito após a passagem de algumas décadas; a fase Guatambu da tradição Taquara, por exemplo, foi definida no norte do Rio Grande do Sul e apresenta casas subterrâneas, estruturas de terra, montículos e cerâmica, esta, em sua maior parte, apenas polida, uma pequena porcentagem mostrando decoração de qualquer espécie, com vasilhames de formas simples (Miller, 1971; Schmitz, 1988). A fase Taquara difere da Guatambu pela grande quantidade de cerâmica decorada, mas os demais atributos se seguem, incluindo galerias subterrâneas. Os vasilhames cerâmicos são igualmente pequenos (Miller, 1967; Schmitz, 1988).

⁷ A não preservação de ossos, provavelmente devido à acidez dos solos, e a inexistência de cerâmica são recorrentes em vários outros montículos escavados tanto no Rio Grande do Sul quanto em São Paulo.

Passando para o estado do Paraná vemos que, por exemplo, tanto as fases Açungui como Cantu, ambas filiadas à tradição Itararé, apresentam cerâmica predominantemente simples, vasilhames pequenos e estruturas de terra associadas, na forma de aterros ou estruturas lineares formando desenhos geométricos (círculos, quadriláteros) bem como casas subterrâneas (Chmyz, 1968a, 1981; Schmitz, 1988), ou seja, ambas bastante semelhantes à fase Guatambu da tradição Taquara. Com possíveis variações de antiplástico e forma de vasilhames, temos basicamente as mesmas estruturas e atributos tecnológicos recorrentes, que podem até ausentar-se em algumas fases, porém se espalham de maneira contínua por milhares de quilômetros quadrados, desde a porção central do Rio Grande do Sul até o sudoeste de São Paulo, presentes nos mais diversos compartimentos topográficos: litoral, serras e planalto. O Quadro 1 apresenta as principais características de algumas fases. Não se trata de uma tabulação completa, pois não estão assinaladas as ocorrências de vestígios que não foram formalmente atribuídos pelos autores a uma ou outra tradição, bem como as fases criadas com base em um só sítio (como o exemplo da fase Vacaria, La Salvia, 1968). Deste modo, várias ocorrências de casas subterrâneas e cerâmica do tipo Itararé, que foram encontradas no litoral de Santa Catarina e Paraná (Forte Marechal Luz, Enseada I, Ilha das Pedras, Ilha das Cobras, Praia das Laranjeiras, Base Aérea etc.) e também no planalto destes Estados (Reis, 1982; Rohr, 1971) não estão citadas no Quadro 1. Acrescem-se a estas informações o fato de existirem estruturas semelhantes, associadas ao mesmo tipo de cerâmica, no sudoeste do estado de São Paulo (Araujo, 1995, 2001; Prous, 1979) conforme será visto à frente.

Assim, dado o raciocínio por trás da definição de tradição, e com base nos conhecimentos acumulados desde o final dos anos 1960, pode-se agrupar, sem maiores problemas, todas as três tradições — Itararé, Casa de Pedra e Taquara — sob um mesmo rótulo, as diferenças regionais sendo perfeitamente descritas por meio do conceito fase, se for o caso. Esta conclusão não é, reconhecidamente, nenhum “ovo de Colombo”; desde a já citada proposição de Eurico Miller (1971), passando pelas tentativas de Tom Miller (1978, também em Schmitz *et al.*, 1980, p. 44-46), Mentz Ribeiro (1980, 1991) e chegando a Prous (1992), vários autores já propuseram algum tipo de unificação. Os problemas maiores parecem estar ligados à denominação desta tradição abrangente. Becker e Schmitz (1969) propuseram chamar a cerâmica de “tipo Eldoradense”, pelas óbvias correlações entre o material brasileiro e o argentino. Alguns autores se referem normalmente à tradição Taquara como tendo *uma área de dispersão que se estende do rio Paranapanema, divisa dos estados de São Paulo com o Paraná [sic], até a encosta sul do planalto no Rio Grande do Sul...* (Mentz Ribeiro *et al.*, 1994, p. 230). Obviamente, estes autores decidiram englobar as três tradições sob o termo Taquara, aparentemente sem maiores justificativas para a escolha do nome. Outra tentativa foi feita no sentido de chamar as três tradições de tradição Planáltica (p. ex. De Masi; Artusi, 1985); Rodríguez (1992) utiliza o termo tradição Planáltica para englobar o conjunto, e mantém as divisões denominando as antigas tradições de subtradições Itararé, Casa de Pedra e Taquara.

Brochado (1984) congrega todas as tradições ceramistas definidas na porção oriental da América do Sul em apenas quatro; uma delas, a tradição Pedra do Caboclo, englobaria vários estilos,⁸ incluindo o estilo Itararé e os estilos Taquara e Taquaruçu. O primeiro estilo congrega as tradições Itararé e Casa de Pedra; o segundo estilo divide a tradição

⁸ Não conseguimos encontrar uma definição de *estilo* em Brochado (1984), mas, pelo texto, fica subentendido que é uma categoria hierarquicamente inferior a *tradição* e *subtradição*.

Taquara, alçando uma de suas fases à categoria de estilo. As três propostas apresentam problemas; primeiro, não teria sentido nominar todo o complexo de Taquara, por uma questão de precedência. Se é verdade que as fases Itararé e Taquara, que deram nomes às tradições, foram definidas no mesmo ano e na mesma publicação (Chmyz, 1967; Miller, 1967), a primeira a ter sido publicada enquanto tradição foi a Itararé (Chmyz, 1968a), seguida depois pela Taquara (Brochado *et al.*, 1969). Em verdade, Chmyz já parecia enxergar a tradição Itararé como manifestação ampla, se estendendo por vasta área no Paraná e Santa Catarina (Chmyz, 1968a, p. 123), tecendo inclusive comparações com a cerâmica descrita por Menghin (1957). Assim, seria impropriedade adotar o nome Taquara em detrimento de Itararé. Em segundo lugar, denominar o complexo de tradição Planáltica é igualmente impropriedade; a cerâmica e até mesmo algumas casas subterrâneas se estendem até o litoral, principalmente em Santa Catarina e Paraná. Quanto à proposta de Brochado, o autor perpetua as supostas diferenças entre Itararé e Taquara colocando-as como estilos diferentes, e ainda propõe uma divisão entre Taquara e Taquaruçu.

A precedência de publicação deve guiar qualquer tipo de decisão em matéria de denominações científicas, deixando de lado informações orais ou pesquisas não publicadas.

Serão propostas três opções, elencadas por ordem de preferência:

- a) Utilizar o termo tradição Eldoradense, ou tipo Eldoradense (Becker; Schmitz, 1969) uma vez que ela foi reconhecida dez anos antes na Argentina, e a precedência do termo é inquestionável.
- b) Utilizar o termo tradição Itararé, uma vez que ela foi definida antes da tradição Taquara no território brasileiro.
- c) Utilizar o nome composto tradição Itararé-Taquara.

Neste trabalho será utilizada a terceira opção, fundada no fato do costume dos pesquisadores ao termo.

O CONTEXTO ESPAÇO TEMPORAL DA TRADIÇÃO ITARARÉ-TAQUARA

As evidências arqueológicas colocam a tradição Itararé-Taquara como portadora de uma das primeiras ocorrências de cerâmica no Brasil meridional. Porém, o estado da arte em termos espaço-temporais da tradição ainda é insuficiente, principalmente pelas enormes lacunas verificadas no estado de São Paulo. O Mapa 1 mostra a área de dispersão da tradição Itararé-Taquara, conforme reconhecida na bibliografia (Mentz Ribeiro, 2000; Miller Jr., 1978; Noelli, 2000a, 2000b; Reis, 1997; Schmitz, 1988). É importante salientar que o limite norte da distribuição, na divisa entre Paraná e São Paulo, deve ser considerado como inferido, uma vez que os autores não dispunham de dados suficientes.

Se nos estados sulinos o número de datações e de sítios cadastrados permite ao menos um vislumbre das questões a respeito de uma maior ou menor antiguidade das ocorrências de cerâmica nas várias regiões, muito do potencial interpretativo está cerceado pelas incertezas decorrentes do vazio de informações arqueológicas representado por São Paulo. Assim, dado o que se conhece, os sítios mais antigos parecem estar localizados no extremo sul do país, no nordeste do Rio Grande do Sul, datando de 1810 ± 85 AP (cal AD 241) para a fase Guatambu (Schmitz; Brochado, 1981, p. 173).⁹

⁹ Schmitz (com. pessoal, 2007) não acredita que as idades mais antigas do Rio Grande do Sul (Quadro 2: SI-813, SI-2344 e SI-2345) devam ser aceitas, seja pelo contexto arqueológico ou pela

Em artigo mais recente, Schmitz e Becker (1991, p. 90-91), seguindo uma linha já proposta por outros pesquisadores do Rio Grande do Sul, mas cuja origem se remeteria a Menghin (Noelli, 2000a), apostam em uma origem autóctone para a tradição Taquara. O raciocínio se baseia em uma suposta continuidade das indústrias líticas, que indicaria continuidade entre grupos pré-cerâmicos e os grupos fabricantes da cerâmica Taquara, e na maior antiguidade encontrada para a tradição no Rio Grande do Sul.¹⁰ Essa maior antiguidade, ao nosso ver, resulta de uma simples relação entre tamanho de amostra e diversidade (neste caso, diversidade de valores para as datas): existem pelo menos 38 datas relacionadas à tradição Itararé-Taquara para o Rio Grande do Sul, contra apenas nove datas para Santa Catarina e onze para o Paraná. O estado de São Paulo, de acordo com as informações disponíveis, conta com apenas seis idades radiocarbônicas e seis idades por TL (Quadros 2 e 3).

A suposta continuidade de indústrias líticas foi sugerida, por exemplo, por Mentz Ribeiro e Ribeiro (1985) e Mentz Ribeiro (2000), que colocam a tradição Taquara como consequente à tradição Humaitá na área de estudo (norte do Rio Grande do Sul). Em outro artigo, Mentz Ribeiro escreve:

A fase Pinhal [tradição Humaitá] fixou-se, basicamente, no planalto... Ocuparam as proximidades de açudes ou sangas... Em torno de 1000 anos AP tornaram-se horticultores, surgindo a cerâmica da fase Erveiras, tradição Taquara (Mentz Ribeiro, 1991, p. 18).

Posteriormente, Mentz Ribeiro (2000, p. 39) continuaria defendendo essa hipótese, apenas recuando a data da adoção da cerâmica para 1800 AP.

Na publicação já citada (Mentz Ribeiro, 1991, p. 125) o autor obteve uma data para a tradição Humaitá (a mesma fase Pinhal) de 380 ± 80 AP (cal AD 1493, 1601, 1612), e recusou-a como muito recente. O problema, a nosso ver, reside na própria definição da tradição Humaitá. Indústrias sem pontas de projétil são frequentemente (até mesmo automaticamente) associadas à tradição Humaitá. Ao se postular a continuidade entre indústrias líticas de caçadores-coletores e ceramistas, há que se pensar em dois fatores:

- a) Sítios líticos podem resultar de atividades específicas levadas a cabo por grupos ceramistas, isto é, podem ser apenas vestígios de atividades que não envolveram o uso de vasilhames cerâmicos (Araujo, 2001; De Masi, 2005b).
- b) Indústrias líticas simples ou expedientes são basicamente universais. Assim, torna-se bastante arriscado definir que uma continuidade em termos de técnica/função representa uma continuidade em termos de transmissão cultural (estilística, *sensu* Dunnell, 1978).

Algum tipo de continuidade deve ter ocorrido em muitas instâncias, uma vez que o contato interétnico nem sempre se dá de forma belicosa. É provável que tenha havido bastante troca de informações e de genes entre os grupos portadores da tecnologia lítica e os recém-chegados ceramistas. É possível até que o futuro nos reserve surpresas interessantes do ponto de vista biológico, a revelar que nossa definição de Kaingang

ausência de proveniência.

¹⁰ Recentemente, De Masi (2005a) apresentou datas de até 5 mil anos AP (2860 a.C.) para um sítio Itararé-Taquara em Santa Catarina. Até que outros dados confirmem isso, consideramos essa idade como um “outlier”.

seja, na verdade, um amálgama de populações que se misturaram em maior ou menor grau à medida que a população parental migrava rumo sul. O que está em discussão, no momento, não são identidades étnicas ou genéticas, mas sim a dispersão de um complexo tecnológico novo que de algum modo conferia vantagens a seus portadores; e esta tecnologia não parece ter sido desenvolvida na porção sul do país, por motivos que serão expostos.

Na verdade, alguns indícios levam a crer que as datações mais antigas para a tradição Itararé-Taquara *não* ocorrem no extremo sul do país; o argumento mais consistente talvez se deva ao fato de que a cerâmica típica da tradição já surge nos estados sulinos de forma extremamente bem elaborada (Prous, 1992, p. 329; Schmitz, 1969, p. 167). Os vasilhames da tradição Itararé-Taquara, apesar de apresentarem tamanhos em geral reduzidos, sugerem um grande domínio técnico, que resulta numa eficiente economia de matéria-prima e em vasilhames bastante leves. A superfície escura, característica da cerâmica, seja ela conseguida por queima controlada (Dias Jr. *apud* Schmitz *et al.*, 1980, p. 44) ou pela técnica de esfumamento (Miller Jr., 1978, p. 28), que resulta em superfícies escuras, é um processo complexo. Isso também vale para a brunidura, tão comum em algumas regiões. Segundo Miller Jr. (1978; também em Schmitz *et al.*, 1980, p. 42), a brunidura é um processo extremamente penoso de conseguir, envolvendo o polimento do vasilhame com um seixo liso durante várias horas distribuídas ao longo de alguns dias. Falamos, provavelmente, sobre uma cerâmica que não se desenvolveu no nordeste do Rio Grande do Sul.

Outro fator a ser levado em conta é que, dadas as evidências etno-históricas (que serão exploradas com mais detalhes no próximo item) os fabricantes da cerâmica Itararé-Taquara, habitantes das casas subterrâneas e construtores de estruturas de terra, poderiam pertencer a grupos do tronco Jê. As evidências linguísticas apontam para uma origem dessas populações no Planalto Central (Urban, 1992). Brochado (1984) afirma que a cerâmica Itararé-Taquara, que o autor inclui na chamada tradição Pedra do Caboclo, teria se originado na boca do Amazonas e se expandido em direção à costa do Nordeste, entre 1000 a.C. e 700 a.C., difundindo-se progressivamente e se espalhando para sul acompanhando os falantes do Kaingang. Outros ramos da tradição Pedra do Caboclo teriam dado origem às cerâmicas denominadas Uru e Aratu, encontradas na região Centro-Oeste do Brasil, e Una, encontrada na porção centro-leste do país, chegando à Serra do Mar e litoral do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Brochado, 1984, p. 6,100101). Prous (1992, p. 333-345) sugere uma subdivisão da cerâmica Una em duas variedades, A e B. A primeira, mais antiga, com datas de até 3800 AP, foi identificada inicialmente entre o norte de Minas Gerais e o sul de Goiás, estendendo-se para o centro mineiro. A segunda, localizada em Minas Gerais, Espírito Santo e principalmente Rio de Janeiro, ocupariam uma posição periférica em relação à variedade A. Os sítios de Minas Gerais se encontram sobretudo no sudoeste do estado, próximos à divisa com São Paulo, e além da cerâmica fina e escura, foram detectadas nessa região algumas casas subterrâneas (Dias Jr.; Carvalho, 1978).

Seja como for, a origem da tradição Itararé-Taquara parece ter se dado em algum local a norte do estado São Paulo. Teríamos, portanto, de imaginar esses grupos passando pelos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina *antes* de chegarem ao nordeste do Rio Grande do Sul; ou, noutro cenário, que tal migração tenha tomado a forma de um grande semicírculo, passando pelo Paraguai e norte da Argentina, fato que não é corroborado até o

momento pelo registro arqueológico.¹¹ A inexistência de datas mais antigas pode se dever ao número progressivamente menor de datas obtidas em Santa Catarina, Paraná e São Paulo, e ainda assim, dados novos têm colocado alguns sítios Itararé-Taquara do sul de São Paulo e do norte do Paraná dentro de uma faixa cronológica mais recuada (Quadros 2 e 3). No caso de São Paulo, acresce-se a isto a grande lacuna de dados existente na região da Serra de Paranapiacaba e planalto adjacente, que foi provavelmente um dos principais corredores de migração dos portadores da cerâmica Itararé-Taquara, servindo de ligação entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e o Paraná. As semelhanças da cerâmica Itararé-Taquara com a cerâmica associada à tradição Una (Brochado, 1984; Dias Jr., 1969) sugerem uma possível continuidade que só é interrompida pela falta de dados (Mapa 2). É claro que existe também a possibilidade de que estes grupos Jê tenham migrado rumo sul antes do advento da cerâmica, mas a questão da tecnologia cerâmica já bem elaborada — abordada acima enfraquece esta hipótese. Além disso, relatos históricos dos séculos XVI e XVII sugerem a presença de grupos indígenas “não Tupi” vivendo na Serra de Paranapiacaba, conforme será visto adiante. No próximo item iremos apresentar algumas evidências recentes, provenientes do estado de São Paulo, que estão começando a contribuir para diminuir a referida lacuna de conhecimentos.

PREENCHENDO A LACUNA: A TRADIÇÃO ITARARÉ-TAQUARA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Apesar das poucas informações arqueológicas disponíveis, o maior número de ocorrências da tradição Itararé-Taquara no estado de São Paulo parece se dar no Alto Paranapanema.¹² As primeiras informações a respeito foram publicadas por Chmyz *et al.* (1968) (Chmyz, 1977), em um levantamento efetuado no baixo rio Itararé, próximo à confluência com o Paranapanema. Todos os sítios estavam situados na margem esquerda (paranaense) do referido rio. Já prospecções realizadas pelo mesmo autor no Baixo Paranapanema só resultaram na descoberta de sítios sem cerâmica ou com cerâmica Tupi-guarani (Chmyz, 1974).

No lado paulista temos o trabalho de Prous (1979), que detectou a existência de casas subterrâneas e cerâmica Itararé-Taquara associada no Alto Taquari (Mapa 3, n. 9), afluente pela margem esquerda do Paranapanema (área que foi depois estudada por Araujo [1995, 2001]).

Miller Jr. (1972) detectou pelo menos quatro sítios arqueológicos relacionados à tradição Itararé-Taquara, dois deles na região central do estado (Charqueada e Rio Claro, Mapa 3, n. 7 e 8), e outros dois no noroeste paulista (Parapuã e Lucélia, Mapa 3, n. 4, 5), estando entre os sítios mais setentrionais conhecidos até o momento.

Levantamentos arqueológicos realizados ao longo da margem direita (paulista) do Médio e Baixo Paranapanema, seja com objetivos acadêmicos ou relacionados às obras de barragem do rio para aproveitamento hidrelétrico, não têm obtido sucesso em detectar vestígios relacionados à tradição Itararé-Taquara (Faccio, 1998; Kunzli, 1987; Moraes, 1979, 1984, 1999). Ainda assim, algumas evidências tênues sugerem essa presença, mesmo que tenha passado despercebida pelos diversos pesquisadores: Faccio (1998), em levantamento realizado na área da UHE Capivara, no Baixo Paranapanema, apresenta

¹¹ Porém, ver Chmyz (1963) a respeito da ocorrência de casas subterrâneas no noroeste da Argentina.

¹² Cremos que isso se deva exclusivamente ao maior investimento em pesquisas, e não necessariamente a uma maior densidade de sítios.

fotografias de um virote e um almofariz de pedra, artefatos comumente associados à tradição Itararé-Taquara, além de uma lâmina polida semilunar, geralmente associada a grupos Jê (Aratu); outra lâmina semilunar foi achada, por um lavrador local, durante o levantamento da margem direita (paulista) da área a ser inundada pela UHE Canoas, no médio Paranapanema. Chiari (1999), em seu levantamento do acervo arqueológico existente nas várias instituições públicas e particulares na bacia do Paranapanema paulista, cita a existência de uma lâmina de machado semilunar procedente do município de Florínea; de uma mão de pilão polida, bastante similar às existentes nos sítios Itararé-Taquara do Alto Paranapanema (Araujo, 2001), guardada em Avaré (mas de procedência desconhecida); de uma outra lâmina polida semilunar existente em Ourinhos; no município de Chavantes a autora registrou um virote fragmentado e um socador cônico de pedra polida, ambos bastante similares aos encontrados no Alto Paranapanema e no Médio Ribeira (Araujo, 2001; Robrahn, 1988), também associados à tradição Itararé-Taquara. Mesmo as escavações realizadas por Pallestrini na década de 1970 sugerem ao menos contato entre Kaingang e populações de filiação Guarani no Médio Paranapanema: no sítio Alves foram encontradas duas urnas tipicamente Tupi-guarani contendo vasilhames menores em seu interior que se assemelham muito em forma e tecnologia aos vasilhames comumente encontrados em sítios Itararé (vide Pallestrini, 1974, pranchas 4, 5, 7, 8, fotos 5, 6).

Robrahn (1988) (Robrahn-Gonzalez, 1999) realizou um levantamento arqueológico no Médio Ribeira de Iguape (Mapa 3, n. 10) e detectou mais de uma centena de sítios Itararé-Taquara, com datas entre 600 AP e 270 AP. Os sítios apresentam, em geral, pequenas dimensões, com média de 550m², e inseridos em todas as posições topográficas.

Chmyz *et al.* (1999) fizeram um levantamento relacionado à implantação de uma hidrelétrica na divisa de São Paulo com o Paraná, também no Médio Ribeira (Mapa 3, n. 11), e o padrão encontrado foi semelhante: sítios relativamente pequenos, o maior medindo 60m × 38,5m, todos em áreas baixas.

Mais recentemente, um trabalho de levantamento arqueológico na bacia do Alto Taquari, afluente do Paranapanema, nas proximidades da cidade de Itapeva, a 60km da divisa com o Paraná e distante apenas 40km serra acima dos sítios do Médio Ribeira (Araujo, 2001), resultou na detecção de 39 sítios arqueológicos relacionados à tradição Itararé-Taquara (Mapa 3, n. 9), incluindo sítios cerâmicos a céu aberto, em abrigo, montículos e casas subterrâneas. A implantação dos sítios na paisagem foi analisada segundo critérios topomorfológicos, e percebeu-se que a localização preferencial dos sítios em locais altos é notória; tanto esta pesquisa como informações obtidas por outros pesquisadores (p. ex. Mabilde, 1988, p. 144; Sganzerla *et al.*, 1996, p. 19, 21; Tommasino, 1995, p. 44) confirmam uma certa predileção por lugares altos, embora obviamente existam sítios localizados em fundos de vale. Alguns dos sítios apresentaram grandes dimensões (sítio Morus, com 190m de comprimento; sítio Boa Vista, com 140m × 100m; sítio Monjolada 2, com 120m × 50m; sítio Gomes, com 110m × 100m), e a presença de um sítio (Morro do Gato) composto por pelo menos 25 montículos de provável função funerária, se estendendo ao longo de 580m lineares, enfraquece a hipótese de que os grupos habitantes da área eram pouco numerosos ou semi-nômades. Nessa área foram identificados também alguns sítios associados à tradição Tupi-guarani, mas uma nítida linha de fronteira foi percebida: ao sul da cidade de Itapeva, em direção à Serra do Mar, quando o relevo se torna mais acidentado, não existem sítios Tupi-guarani, apenas sítios Itararé-Taquara. As idades obtidas para os sítios estão apresentadas no Quadro 3. Como pode ser percebido, dois dos sítios datados (sítio Müzel e sítio Gasbol 8) apresentam

idades bastante recuadas, entre 300 AD e 600 AD, enfraquecendo a hipótese da origem sulina para a tradição Itararé-Taquara.

Indubitavelmente, é somente a partir do início do século XXI, por meio dos trabalhos de arqueologia de contrato, que amplas áreas do estado de São Paulo até então completamente desconhecidas começam a ser minimamente exploradas do ponto de vista arqueológico. Assim, a implantação de linhas de transmissão e autovias permitiram a realização de verdadeiros transectos arqueológicos, percorrendo o estado em várias direções (Caldarelli, 2002). Alguns desses trabalhos resultaram na detecção de sítios relacionados à tradição Itararé-Taquara em áreas nas quais já se esperava que isso ocorresse, dadas as informações históricas e etnográficas, mas que nunca haviam sido confirmadas do ponto de vista arqueológico, como é o caso do sítio São Manuel 1 (Mapa 3, n. 6), no município de Pratânia, próximo a Botucatu (Robrahn-Gonzalez; Zanettini, 2002). Em outros casos, alguns sítios Itararé-Taquara foram detectados em locais que até certo ponto se revelaram surpreendentes, dada a ausência de relatos históricos mais diretos, mas que se encontravam dentro das previsões fornecidas por um modelo apresentado anteriormente (Araujo, 2001, p. 328-330), como é o caso do sítio Jaraguá 1 (Mapa 3, n. 13), encontrado durante as obras do Trecho Oeste do Rodoanel, em São Paulo, na região montanhosa ao norte da planície do Tietê, próxima ao pico de mesmo nome (Robrahn-Gonzalez, no prelo) e do sítio Topo do Guararema (Caldarelli, no prelo, mapa 3, n. 12) localizado em Guararema, no alto Vale do Paraíba, o que ao nosso ver consiste em uma primeira evidência da forte presença Jê do Sul nas porções mais setentrionais da Serra do Mar.

CORRELAÇÕES ARQUEOLÓGICAS E HISTÓRICAS

Com base em informações arqueológicas, históricas, etno-históricas e linguísticas, a tradição Itararé-Taquara foi associada a grupos distintos dos Guarani, provavelmente falantes de idiomas Jê, que ocupavam boa parte do Brasil meridional e nordeste da Argentina. Conforme visto anteriormente, Menghin (1957) foi o primeiro a postular tais relações, embora não chegasse a reconhecer a cerâmica Eldoradense lisa e simples como sendo relacionada aos Kaingang históricos da província de Misiones. Posteriormente, pesquisadores brasileiros reforçaram esta correspondência ao comparar os dados arqueológicos com o que se sabia a partir de fontes etno-históricas. Talvez os primeiros a terem feito a associação tenham sido La Salvia (1968, p. 106), que compara os montículos arqueológicos aos descritos por Métraux (1946) e a cerâmica ao Eldoradense da Argentina, e Chmyz (1968a, p. 119, 1968b, p. 126), que compara a cerâmica Casa de Pedra a fontes etnográficas, notando suas semelhanças às peças Kaingang. Em artigos posteriores a relação é tornada explícita. Por exemplo, La Salvia e colaboradores publicam um trabalho cujo título é: *Cerâmica Caingang: fase Vacaria* (La Salvia *et al.*, 1969).

Miller Jr. (1978) fortaleceu bastante a hipótese a respeito de uma identidade entre a cerâmica arqueológica e a cerâmica Kaingang histórica, comparando fragmentos provenientes de sítios arqueológicos, fragmentos de locais historicamente conhecidos como de ocupação Kaingang e vasilhames feitos por duas informantes Kaingang moradoras dos PI Icatu e Vanuire/SP.

Pode-se dizer que as evidências arqueológicas coletadas ao longo dos últimos 35 anos corroboram esta correlação entre grupos Kaingang, a cerâmica do tipo Itararé-Taquara, e algumas outras manifestações da cultura material, como as estruturas de terra. Ao passarmos para o período histórico, porém, algumas ressalvas devem ser feitas: quando se diz Kaingang aqui está-se querendo dizer um grupo que é genericamente considerado como pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê. Outros autores (p. ex. Noelli, 2000a, 2000b) preferem utilizar o termo “Jês do Sul” para designar os grupos indígenas

conhecidos historicamente como Kaingang e Xokleng. Do ponto de vista etnológico, há um debate mais ou menos antigo sobre qual seria a identidade dos grupos denominados Aweikoma ou Xokleng, ou ainda Botocudos, encontrados em período histórico em Santa Catarina e que falavam um dialeto Kaingang (Guérios 1945), mas que apresentam algumas peculiaridades. Dados linguísticos apontam uma divisão inicial entre Kaingang e Xokleng,¹³ e posteriormente divisões mais recentes entre os vários dialetos Kaingang (Urban, 1992; Wisemann, s/d *apud* Tommasino, 1995). Alguns autores defendem que os Xokleng seriam basicamente um grupo Kaingang (p. ex. Henry, 1964; Leão, 1922; Métraux, 1946), não havendo por que chamá-los com um nome diferente. Outros (p. ex. Hicks, 1966; Nimuendajú; Guérios, 1948) creem que apesar da proximidade linguística, as diferenças culturais são suficientes para que os grupos sejam designados de maneiras distintas. Ocorre que tais diferenças culturais estão baseadas em termos de parentesco, estrutura social, adornos corporais e mesmo fabrico de instrumentos musicais (Hicks, 1966; Métraux, 1947), além de algumas diferenças de tratamento dos mortos — cremação para os Xokleng (Lavina, 1994, p. 70; Schaden, 1958, p. 112), inumação para os Kaingang (Mabilde, 1988, p. 154, Maniser, 1928, p. 767), mas ambos construía montículos sobre a sepultura. A questão das diferenças torna-se ainda mais complexa se levarmos em conta que os dados generalizados para todos os Xokleng advêm de apenas uma comunidade residente na reserva de Duque de Caxias (atualmente PI Ibirama), em Santa Catarina (Hicks, 1966), e não podemos saber até que ponto as demais facções atualmente extintas eram ou não muito diferentes dos Kaingang. De qualquer modo, do ponto de vista arqueológico, há muito pouco para justificar tal diferenciação; a área ocupada historicamente pelos Xokleng parece não corresponder à área ocupada em tempos pré-contato (Demarquet, 1983; Keller, 1974 [1867]). O grupo teria migrado, na primeira metade do século XIX, do centro-leste do Paraná para o alto Itajaí/SC por causa de guerras internas (Urban, 1978 *apud* Namem, 1994, p. 161). A cerâmica, estruturas de terra e demais vestígios arqueológicos encontrados atualmente no território catarinense não parecem muito distintos do que ocorre na área de dispersão da tradição Itararé-Taquara de um modo geral. A despeito de algumas propostas e tentativas de se diferenciar o que é Kaingang do que é Xokleng em termos arqueológicos (p. ex. Chmyz, 1981, p. 95; Noelli, 2000b; Silva, 2000), não cremos até o momento que isso seja possível. Conquanto a distinção entre proto-Kaingang e proto-Xokleng possa ser feita no futuro, o atual estado de conhecimentos parece não o permitir. Conforme colocado por Silva (2000, p. 70),

as cerâmicas Kaingang e Xokleng observadas em período histórico [...] são bastante semelhantes, principalmente no que se refere ao processo de manufatura e, mais especificamente, à construção do vasilhame.

A PROVÁVEL ÁREA DE EXPANSÃO JÊ DO SUL NO SUL E SUDESTE DO BRASIL

A área ocupada pelos Jê do Sul nos estados sulinos já é razoavelmente conhecida, se estendendo pela porção norte do Rio Grande do Sul, tomando completamente os estados de Santa Catarina e Paraná (Noelli, 2000a, p. 241). Nos vizinhos Argentina e Paraguai também se tem notícias de sítios arqueológicos, relatos históricos e etnográficos

¹³ Urban (1992, p. 90) coloca que a divisão entre Kaingang e Xokleng teria ocorrido em torno de 3 mil anos atrás, mas estas estimativas devem ser vistas com reservas, uma vez que se baseiam em glotocronologia.

sugerindo uma continuidade desta área de expansão Jê (vide Menghin, 1957; Rizzo, 1968; Von Ihering, 1904). Resta, porém, definir qual a extensão do território da Região Sudeste ocupado em tempos passados pelos Jê do sul, sejam eles Kaingang ou grupos relacionados, ou por seus ancestrais responsáveis pela cerâmica atribuível à tradição Itararé-Taquara. Algumas observações a respeito da provável área de dispersão deste complexo cultural serão feitas a seguir.

Em primeiro lugar, cabe lembrar que, conforme colocado anteriormente, a origem dos Jê do Sul deve estar no Centro-Oeste do Brasil. Se a correlação entre os materiais arqueológicos e os dados etno-históricos for cabível, podemos procurar dados, ora em uma fonte, ora em outra, para preencher as lamentáveis lacunas de conhecimento arqueológico ainda existentes no estado de São Paulo. Miller Jr. (1972) detectou vários sítios arqueológicos da tradição Itararé-Taquara no estado de São Paulo, ou seja, poderia-se dizer com alguma confiança que grupos relacionados ou até mesmo ancestrais dos Kaingang estiveram ocupando uma região pelo menos 240km além da divisa com o Paraná. Esta estimativa, porém, é bastante modesta, conforme será visto adiante.

A denominação de Guaianás ou Guaianases tanto a grupos Tupi como a grupos Jê foi fonte de muita confusão a respeito dos habitantes indígenas do planalto paulista (Monteiro, 1992), e por extensão à própria história dos grupos Kaingang. Com base na toponímia, nos relatos jesuíticos e de outros cronistas, além de algumas informações de cunho arqueológico, fica patente que os indígenas que dominavam os Campos de Piratininga eram pertencentes a um grupo Tupi, os chamados Tupiniquins (Monteiro, 1994). Na mesma região existiam vários outros grupos indígenas não Tupi, genericamente denominados Tapuias, como os Guaianá e Maromomi (Prezia, 2000). Se estes eram ou não relacionados ao que conhecemos historicamente como Kaingang,¹⁴ somente pesquisas arqueológicas futuras poderão desvendar, mas os poucos dados existentes (Robrahn-Gonzalez, no prelo) sugerem uma grande afinidade em termos de cultura material, ambiente explorado e recursos alimentares. De qualquer modo, não se pode deixar de levar em consideração que grupos não Tupi, muito provavelmente grupos Jê, estavam convivendo nas proximidades dos Tupiniquins. As informações de Hans Staden (1974) e Gabriel Soares de Souza (1971) ilustram bem esta afirmação. Autores posteriores tenderam a achar fantástica a possibilidade de grupos distintos ocuparem áreas tão próximas. Ayrosa (1967) exemplifica bem esta posição, ao desdenhar a suposição de Teodoro Sampaio de que os Guaianá (não Tupi) teriam sido vencidos pelos Tupiniquim (os moradores de Piratininga) e se refugiado nas montanhas:

Nem o mais bisonho dos estudantes da etnologia brasileira seria capaz de escrever semelhante absurdo. Onde se viu um grupo étnico qualquer dominar, como Senhor e possuidor, litoral e sertões das imensas Capitânicas do século XVI. Jamais seria isso possível em face da organização social dos ameríndios, das suas tendências nômades e, principalmente, em face da baixíssima densidade de população, relativa à extensíssima área geográfica... (Ayrosa, 1967, p. 56).

A visão de Ayrosa, calcada em um senso comum proveniente de dados etnográficos relacionados a populações indígenas completamente desestruturadas, não poderia

¹⁴ Segundo Prezia (2000), cronistas como Fernão Cardim e os jesuítas que vieram depois afirmaram que os Maromomis se sustentavam com pinhões, traço comum aos Kaingang.

estar mais distante da realidade. Conforme alguns dados arqueológicos recentes, tanto para o sudoeste de São Paulo (Araujo, 2001), como para a região da Capital paulista (Robrahn-Gonzalez, no prelo) e para o Vale do Paraíba (Caldarelli, no prelo) sugerem, a proximidade entre sítios Tupi-guarani, Aratu e Itararé-Taquara contemporâneos corrobora a hipótese de grupos humanos radicalmente distintos ocupando (e dominando) áreas contíguas. Ao mesmo tempo, as dimensões e a quantidade de cerâmica presentes tanto nos sítios Tupi-guarani quanto nos sítios Itararé-Taquara do Alto Taquari (Araujo, 2001) como na Vale do Paraíba (Caldarelli, no prelo) enfraquecem a hipótese de que os grupos portadores da cerâmica Itararé-Taquara fossem grupos nômades ou de baixíssima densidade populacional. O que sugerimos aqui é que a situação encontrada na região planáltica de Itapeva, no sudoeste do estado, é muito semelhante à encontrada nas demais porções da região planáltica de São Paulo, ou seja, que tanto em um lugar como em outro havia grupos Tupi-guarani ocupando as áreas mais abertas, com relevo mais suave, ladeados de grupos de origem Jê, igualmente numerosos, ocupando as áreas mais acidentadas, sobre as serras. Esta situação provavelmente é válida para toda a extensão da Serra do Mar, passando pelas regiões de Capão Bonito, São Miguel Arcanjo, Piedade, Ibiúna, Cotia, até chegar em São Paulo, e provavelmente se estendendo para o nordeste, conforme os dados provenientes de Guararema (Caldarelli, no prelo). No caso da região de São Paulo, onde temos ainda o encontro da Serra da Mantiqueira com a Serra do Mar, além das serras menores como o Japi e a Cantareira envolvendo as planícies aluviais do Tietê/Pinheiros, esta dicotomia entre Tupi/Jê e terrenos planos/serras deve ter se dado ainda mais fortemente. Dada a ausência quase total de informações arqueológicas referentes à região da Grande São Paulo,¹⁵ isto é sugerido mais pelas fontes históricas, desde Soares de Souza, ao citar os guaianases que viviam em covas debaixo do chão, passando pelas várias referências ao fato de os índios Guarús, Guaromimis (que deram origem ao Aldeamento dos Guarulhos e posteriormente à cidade de mesmo nome), Maramomis e outros serem distintos dos Tupiniquim que habitavam as áreas baixas (Monteiro, 1994; Petrone, 1995; Schaden, 1954). A presença dos Guarulhos na Serra da Mantiqueira é fortemente sugerida pelos relatos de que um missionário, em 1625, havia descido do sertão grande quantidade de Guarulhos, assentados na paragem chamada Atubaia (Atibaia), de maneira que os seguissem, os demais que ainda estavam no sertão (Capistrano de Abreu, 1963). Outro possível exemplo de grupo Jê do Sul nas proximidades de São Paulo é o caso dos Pés-largos, habitantes da região serrana de Mogi das Cruzes que desbaratarem uma bandeira de cinquenta homens em 1593 (Grinberg, 1961).

Se esses grupos não Tupi são relacionados ou não aos Kaingang do período histórico, ou se ao menos sua cultura material é atribuível a algo semelhante à tradição Itararé-Taquara, somente estudos futuros poderão dizer. O fato é que mais recentemente, além dos sítios mencionados nos municípios de São Paulo e Guararema, serra acima, foram também detectados sítios arqueológicos de provável filiação Itararé-Taquara no município de Ilha Bela, litoral norte do estado de São Paulo, tanto associados a sambaquis como em abrigos rochosos e a céu aberto (Cali, 2000), configurando uma situação muito semelhante à existente nos litorais de Santa Catarina e Paraná, e sugerindo que a área de expansão Jê do sul é muito mais extensa e setentrional do que o julgado.

¹⁵ Além do já mencionado sítio Jaraguá 1, de filiação Itararé-Taquara, os parques achados arqueológicos efetuados no município de São Paulo são referentes sobretudo a urnas funerárias Tupi-guarani, todas encontradas nas áreas baixas, além de um sítio lítico não datado (sítio Morumbi).

A presença de material arqueológico nesta porção do litoral paulista se coaduna com os relatos de Knivet acerca da presença de Wayanasses (Guaianases) na Ilha Grande e Parati, indígenas estes que, ao contrário dos Tupinambá, não comiam carne humana e usavam cabelos pelos ombros com uma coroa cortada no alto da cabeça, *como os frades franciscanos* (Knivet, 1947, p. 134).

ARQUEOLOGIA, ETNOLOGIA E HISTÓRIA: QUESTÕES DE NOMENCLATURA

Temos tratado aqui de conjuntos de artefatos cerâmicos e de grupos indígenas cujas designações várias, sejam autodenominações ou nomes dados por outros grupos, podem mais confundir do que efetivamente esclarecer as questões básicas da expansão de grupos Jê no sudeste e sul do Brasil. Em termos arqueológicos, seria hora de se começar a pensar em termos, denominações e quais as reais questões perseguidas pelos arqueólogos, que tanto podem ser muito semelhantes às propostas por antropólogos, etnólogos e historiadores, como muito diferentes.

A primeira questão: seria lícito supor que a cerâmica escura, fina e sem decoração encontrada no sítio Jaraguá 1, na cidade de São Paulo, ou no sítio Alto do Guararema sejam atribuíveis à tradição Itararé-Taquara? Duas respostas são possíveis: se encararmos a tradição Itararé-Taquara como *sinônimo* de Kaingang e/ou Xokleng, creio que a resposta é *não*. Mais provável é que esses sítios sejam associados aos Guarulho, ou Maromomi, ou Guaianá, ou Guaromomi, ou Pés-Largos, ou seja lá o nome que os cronistas deram. Nessa linha de pensamento, Caldarelli (no prelo) optou por chamar a cerâmica de Guararema de Guaianá, já que dificilmente seriam Kaingang os indígenas ali estabelecidos.

Por outro lado, se pensarmos que a cerâmica Itararé-Taquara:

- a) sinaliza o compartilhamento de uma série de técnicas de manufatura por parte de grupos humanos;
- b) tais técnicas compreendem um complexo de atributos funcionais e estilísticos cuja coocorrência não poderia se dar ao acaso;
- c) que além da cerâmica são compartilhadas feições construtivas (casas subterrâneas; vide Dias Jr.; Carvalho, 1978) e outros artefatos (virotos, vide Souza, 2005);
- d) e que, portanto, esses grupos eram relacionados de alguma maneira, seja geneticamente, seja culturalmente, ou ambos.

Então podemos nominar, rotular (e isso é importante; trata-se apenas de um rótulo) tal cerâmica de Itararé-Taquara, dadas as diferenças marcantes que essa cerâmica apresenta quando confrontada com a cerâmica Tupi-guarani ou com a cerâmica Aratu, até que um aprofundamento dos conhecimentos fortaleça ou refute essa possibilidade. Pode-se imaginar que a cerâmica de Guararema e do Jaraguá apresente uma série de características distintas da cerâmica do Paraná ou do sudoeste de São Paulo, mas enquanto não se tem mais dados a respeito, a princípio não haveria maiores problemas porque Itararé e Taquara são, felizmente, topônimos, apenas nomes de duas cidades e, portanto, neutros o suficiente para não se incorrar em nenhuma vinculação duvidosa entre a cerâmica e algum grupo específico.¹⁶ Conquanto a relação entre cerâmica arqueológica e grupos indígenas seja teoricamente mais simples nos estados sulinos, onde o extermínio

¹⁶ Quando falamos em evitar associação a um grupo específico, não queremos dizer que se deva descartar todo o cabedal de conhecimentos já existente e que associa, de maneira muito plausível, essa cerâmica a grupos do tronco linguístico Macro-Jê.

se deu mais tardiamente (em que pese o insucesso de se separar o que é Kaingang do que é Xokleng), na região oriental da Serra do Mar isso se torna virtualmente impossível.

Uma segunda questão importante relacionada à nomenclatura ou rotulagem dessas cerâmicas se refere ao fato de que os grupos humanos responsáveis pela manufatura das mesmas foram se deslocando no espaço ao longo do tempo e obviamente nunca haverá uma ruptura verdadeira entre a cerâmica Una e a cerâmica Itararé-Taquara. Em uma faixa entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, não será possível designar a cerâmica como Una ou Itararé-Taquara. Que ninguém perca o sono com isso, porque nunca é demais reforçar o fato de que classificações são, dentro de um procedimento científico, apenas maneiras de ordenar o mundo, cuja maior ou menor colagem com a realidade está sempre em cheque, sempre sujeitas a teste. Além do mais, conforme colocado no início deste artigo, tais tradições não são classes, e sim grupos, passíveis de descrição, mas não de definição. Se finalmente perceber-se que a cerâmica Itararé-Taquara é uma derivação da Una, pode-se pensar até mesmo em adotar o termo tradição Pedra do Caboclo de Brochado (1984), englobando essa variedade tão distinta da Tupi-guarani e Aratu.

CONCLUSÕES

Serão apresentados os principais pontos que poderiam nortear futuras pesquisas e debates:

- a) É provável que os ancestrais dos indígenas historicamente conhecidos como Kaingang e Xokleng se deslocaram a partir do Brasil Central/norte de Minas Gerais (portadores da chamada cerâmica Una) por dentro do território paulista, provavelmente passando antes pelo sul de Minas Gerais, e que uma das possíveis rotas de expansão tenha sido ao longo da Serra da Mantiqueira e da Serra do Mar (Mapa 4). Se a relativa homogeneidade de cultura material apresentada nos estados sulinos se repetir, podemos esperar encontrar sítios atribuíveis à tradição Itararé-Taquara em toda a porção sul-sudeste do estado de São Paulo, desde a fronteira com Minas Gerais e Rio de Janeiro, passando pela Serra do Mar, seguindo pela região planáltica até a região de Itapeva, no sudoeste do estado.
- b) Em termos da região da Serra do Mar voltada para o litoral, provavelmente os sítios irão ocorrer ao longo de todo o trecho, unindo a região serrana de Mogi das Cruzes ao já conhecido Médio Vale do Ribeira. Isso provavelmente ocorrerá no litoral, com sítios Itararé-Taquara ocorrendo ao longo de toda a costa paulista até que se chegue às áreas já conhecidas no litoral paranaense. A ocupação da vertente oriental da Serra do Mar e do litoral parece ter sido um processo mais recente, movido por uma pressão populacional nas áreas planálticas, por volta de 1000 AP (Chmyz, 1976; Neves, 1984). No caso específico do sudoeste do estado de São Paulo, tal pressão pode ter se dado diretamente a partir do Planalto Atlântico, e não por meio do Vale do Ribeira, como foi sugerido por alguns autores (Robrahn-Gonzalez, 1999), haja vista que sítios maiores e datações mais antigas ocorrem no Alto Paranapanema, sugerindo que o Médio Ribeira, apenas 40km serra abaixo, constituísse uma área periférica, de ocupação tardia.
- c) Se imaginarmos que a porção norte-noroeste do estado já estivesse sob domínio dos Kaiapó Meridionais, outro povo Jê extremamente belicoso, mas com cultura material bastante distinta dos Jê do Sul (cerâmica Aratu), é razoável esperar encontrar os sítios Itararé-Taquara com datações mais antigas na faixa leste-sudeste do estado de São Paulo. Esta conjectura se opõe à hipótese originalmente levantada por Schmitz (1988) e sustentada quase uma década depois por De Blasis (1996) e Robrahn-Gonzalez (1999), com base no fato de que as datas mais antigas para a tradição Itararé-Taquara terem sido obtidas no Rio Grande do Sul. Conforme colocado anteriormente, este fato deve estar

simplesmente refletindo um viés amostral, dado o grande número de datações e de sítios pesquisados no Rio Grande do Sul, em contraste com São Paulo.

- d) Quanto à presença Kaingang no oeste paulista, na região compreendida entre os rios Tietê e Paranapanema, pode-se pensar em dois cenários: um de presença relativamente recente, caso houvesse o citado impedimento existente no norte, território dos Bilreiros (Kaiapó Meridionais), e também a leste, oeste ou sul, áreas reconhecidamente dominadas por grupos Tupi. Somente o esvaziamento populacional dos vales do Paranapanema e Tietê por conta do apresamento indígena feito pelos paulistas no século XVII (Borelli, 1984; Prezia, 2000), teria permitido aos grupos Kaingang o livre acesso ao oeste paulista a partir do Paraná (Mapa 5), num movimento de refluxo. Há alguns relatos dos Kaingang paulistas sugerindo que seus antepassados tivessem vindo do sul *há cerca de 160 anos* (Lacerda Franco, 1905 *apud* Freitas, 1910; Quadros, 1892 *apud* Baldus, 1953).

Há, porém, a possibilidade de uma expansão Kaingang anterior ao estabelecimento dos outros grupos ceramistas, vinda do sul de Minas Gerais, atravessando o estado de São Paulo e alcançando o Paraná. Desta maneira, os Kaiapó Meridionais teriam se estabelecido na área que serviu de corredor de expansão, e os grupos Tupi do Paranapanema teriam cortado o contato entre os Kaingang do oeste paulista e os do Paraná.

Seja qual for o cenário, uma expansão Kaingang rumo norte, adentrando o sudoeste do estado de São Paulo na primeira metade do século XIX, é fato bem documentado (Barbosa, 1988; Mota, 2005; Sposito, 2005).

Por fim, cabe salientar que as hipóteses sugeridas aqui são admitidamente preliminares, com modelos de expansão simplificados, não levando em conta a possibilidade de que a penetração dos grupos Jê do Sul pode ter sido contemporânea à expansão dos grupos Tupi, e nem os palimpsestos de ocupações relacionadas a grupos humanos distintos avançando e retrocedendo em algumas regiões. Seja como for, já é hora de se encarar a necessidade de um maior investimento em projetos de longa duração, teoricamente orientados e bem embasados em termos de método, permitindo a obtenção de dados arqueológicos confiáveis para o estado de São Paulo, região chave para a compreensão das rotas de dispersão dos povos Jê do Sul, e ao mesmo tempo no qual a destruição de sítios é mais acelerada pelo crescimento econômico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Tom O. Miller e Pedro I. Schmitz pelos comentários extremamente pertinentes. Solange Caldarelli e Erika Robrahn-Gonzalez que gentilmente cederam artigos e material inédito. As datações por TL e os trabalhos de campo foram gerados durante meu Doutorado, financiado pelo Projeto Paranapanema, sob a coordenação de José Luiz de Moraes, do MAE-USP. As opiniões aqui apresentadas são de minha inteira responsabilidade, bem como eventuais incorreções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMBROSETTI, J. B. Los cementerios prehistoricos del Alto Paraná (Misiones). *Boletín del Instituto Geográfico Argentino*, v. 16, p. 227-257, 1895.
- ARAUJO, A. G. M. *Levantamento arqueológico da área Alto Taquari, estado de São Paulo, com ênfase na abordagem dos sítios líticos*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- ARAUJO, A. G. M. *Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, estado de São Paulo*. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

- AYROSA, A. P. *Estudos tupinológicos*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 1967.
- BALDUS, H. Sinopse da história dos Kaingang paulistas. São Paulo em Quatro Séculos, v. 1, p. 313-320, 1953.
- BARBOSA, E. *Curiosa história de Itapeva no século XIX*. Itapeva, SP: Prefeitura Municipal de Itapeva, 1988. Datilografado.
- BECKER, I. I. B.; SCHMITZ, P. I. Uma cerâmica de tipo Eldoradense: fase Itapiranga. *Estudos de Pré-História geral e brasileira*, p. 499-506, 1969.
- BORELLI, S. H. S. Os Kaingang no estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. *Índios no estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu, 1984. p. 45-82.
- BROCHADO, J. P. An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America. 1984. Thesis (PhD) – University of Illinois, Urbana (US), 1984.
- BROCHADO, J. P. *et al.* Arqueologia brasileira em 1968. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 12, 1969.
- CALDARELLI, S. B. Arqueologia do interior paulista evidenciada por suas rodovias. *Revista de Arqueologia*, v. 14/15, p. 29-55, 2002.
- CALDARELLI, S. B.; HERBERTS, A. L. A contribuição das pesquisas no AHE Quebra-Queixo à problemática dos assentamentos em casas subterrâneas no extremo-oeste catarinense e à arqueologia kaingang. In: MILDNER, S. E. (ed.). *COLÓQUIO SOBRE SÍTIOS CONSTRUÍDOS*, 1., 2005, Santa Maria, RS. *Anais [...]*. Santa Maria, RS: LEPA, 2005. p. 85-128.
- CALDARELLI, S. B. Problemáticas arqueológicas inéditas advindas de projetos de contrato: O caso do Alto e Médio Vale do Paraíba Paulista. Manuscrito submetido à Revista do CEPA. No prelo.
- CALI, P. Ilhabela resgata patrimônio arqueológico. *Informativo da Secretaria Municipal da Cultura, Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ilhabela*, jun. 2000.
- CAPISTRANO DE ABREU, J. *Capítulos de história colonial e Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília, DF: Editora UnB, 1963.
- CHIARI, S. I. *O perfil museuarqueológico do projeto Paranapanema*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- CHMYZ, I. A ocupação do litoral dos estados do Paraná e Santa Catarina por povos ceramistas. *Estudos Brasileiros*, v. 1, p. 7-43, 1976.
- CHMYZ, I. Considerações sobre duas novas tradições ceramistas arqueológicas no estado do Paraná. In: SIMPÓSIO DE ARQUEOLOGIA DA ÁREA DO PRATA, 2., 1968. *Anais [...]*. [S. l.: s. n.], 1968a. p. 115-125.
- CHMYZ, I. Dados arqueológicos do Baixo Rio Paranapanema e do Alto Rio Paraná: Pronapa: resultados preliminares do quarto ano, 1969-1970. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 26, p. 67-90, 1974.
- CHMYZ, I. Dados sobre a arqueologia do Vale do Paranapanema. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 6, p. 59-73, 1967.

- CHMYZ, I. Pesquisas arqueológicas no Alto e Médio Rio Iguaçu: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do terceiro ano, 1967-1968. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 13, p. 103-133, 1969.
- CHMYZ, I. Pesquisas pale-etnográficas efetuadas no Vale do Rio Paranapanema, Paraná-São Paulo. *Boletim de Psicologia e Antropologia*, v. 5, 1977.
- CHMYZ, I. Prospecções arqueológicas no Vale do Rio das Antas, Rio Grande do Sul (Brasil). *Acta Praehistorica*, v. 5/7, p. 35-52, 1963.
- CHMYZ, I. (coord.). Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas na área da usina hidrelétrica de Salto Santiago (1979-80). [S. l.]: Convênio Eletrosul; IPHAN, 1981.
- CHMYZ, I. Subsídios para o estudo arqueológico do Vale do Rio Iguaçu. *Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas*, v. 1, p. 31-52, 1968b.
- CHMYZ, I.; SAUNER, Z. C. NotapréviasobreaspesquisasarqueológicasnoValedoRioPiquiri. *Dédalo*, v. 13, p. 7-36, 1971.
- CHMYZ, I. et al. *Arqueologia da área prioritária: projeto hidroelétrico Tijuco Alto, rio Ribeira, São Paulo-Paraná*. Curitiba: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, UFPR; Convênio CBA/CEPA/Funpar, 1999.
- CHMYZ, I. et al. Notas sobre a arqueologia do vale do rio Itararé. *Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas*, v. 1, p. 7-24, 1968.
- CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 13., Campo Grande. *Anais [...]*. Campo Grande: Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). CD-ROM.
- DE BLASIS, P. D. Bairro da Serra em Três Tempos - Arqueologia, Uso do Espaço Regional e Continuidade Cultural no Médio Vale do Ribeira. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo. 1996.
- DE MASI, M. N. *Arqueologia das terras altas do sul do Brasil: o Baixo Vale do Rio Canoas/SC*. [S. l.: s. n.], 2005a.
- DE MASI, M. N. Projeto de salvamento arqueológico da usina hidroelétrica de Campos Novos/SC: curso inferior do Vale do Rio Canoas. In: MILDNER, S. E. (ed.). *COLÓQUIO SOBRE SÍTIOS CONSTRUIDOS*, 1., 2005, Santa Maria, RS. *Anais [...]*. Santa Maria, RS: LEPA, 2005b. p. 57-84.
- DE MASI, M. N.; ARTUSI, L. Fase Itapiranga: sítios da tradição Planáltica. *Pesquisas, Antropologia*, v. 40, p. 99-121, 1985.
- DEMARQUET, S. A. Os Xokleng de Ibirama: uma comunidade indígena de Santa Catarina. *Boletim do Museu do Índio (Funai)*, v. 3, 1983.
- DIAS JR., O. A questão das origens, da continuidade e da mudança na pré-história. *Clio, Série Arqueológica*, v. 1, n. 8, p. 153-169, 1992.
- DIAS JR., O. Fase Mucuri (estado do Rio de Janeiro). *Pesquisas, Antropologia*, v. 20, p. 113-118, 1969. *Anais do III Simpósio de Arqueologia da Área do Prata*.
- DIAS JR., O.; CARVALHO, E. Uma habitação semissubterrânea em Minas Gerais - Dados arqueológicos. *Arquivos do Museu de História Natural da UFMG, Belo Horizonte*, III: 239-260, 1978.
- DUNNELL, R. C. Methodological Issues in Americanist Artifact Classification. *Advances in Archaeological Method and Theory*, v. 9, p. 149-207, 1986.

- DUNNELL, R. C. Style and Function: A Fundamental Dichotomy. *American Antiquity*, v. 43, p. 192-202, 1978.
- DUNNELL, R. C. Systematics in Prehistory. New York (US): The Free Press, 1971.
- FACCIO, N. B. Arqueologia dos cenários das ocupações horticultoras da Capivara, Baixo Paranapanema/SP. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- FREITAS, A. A. Os Guayanás de Piratininga. São Paulo: Laemmert, 1910.
- GRINBERG, I. História de Mogi das Cruzes: do começo até 1954. São Paulo: Saraiva, 1961.
- GUÉRIOS, R. F. M. O xocrén é idioma Caingangue. *Arquivos do Museu Paranaense*, v. 4, p. 321-331, 1945.
- HARRIS, M. The Rise of Anthropological Theory: A History of Theories of Culture. New York (US): Columbia University Press, 1968.
- HENRY, J. Jungle People: A Kaingang Tribe of the Highland of Brazil. New York (US): Vintage, 1964.
- HICKS, D. The Kaingang and the Aweikoma: A Cultural Contrast. *Anthropos*, v. 61, p. 839-846, 1966.
- KAMASE, L. Casas subterrâneas e feições doliniformes: um estudo de caso na Bacia do Alto Taquari/SP. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- KELLER, F. Noções sobre os indígenas da província do Paraná. *Boletim do Museu do Índio (Funai)*, v. 1, p. 9-29, 1974 [1867].
- KNIVET, A. *Vária fortuna e estranhos fados de Anthony Knivet*: narração da viagem que nos anos de 1591 e seguintes fez da Inglaterra ao mar do Sul em companhia de John Cavendish. Tradução G. C. Franco. São Paulo: Brasiliense, 1947.
- KUNZLI, R. Arqueologia regional: primeiros resultados das pesquisas realizadas na área de Presidente Prudente/SP. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v. 32, p. 223-247, 1987.
- LA SALVIA, F. Resumo das pesquisas arqueológicas no planalto: Rio Grande do Sul. *Pesquisas, Antropologia*, v. 18, p. 101-113, 1968. Anais do II Congresso de Arqueologia da Área do Prata.
- LA SALVIA, F. et al. Cerâmica Caingang: fase Vacaria. *Estudos de Pré-História Geral e Brasileira*, p. 493-498, 1969.
- LAVINA, R. *Os Xokleng de Santa Catarina*: uma etnografia e sugestões para os arqueólogos. 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 1994.
- LEÃO, E. A. Os Botocudos do Paraná e Santa Catarina. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 20., 1922, Rio de Janeiro. *Atas [...]*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1922, p. 291-295.
- LYMAN, R. L. et al. *The Rise and Fall of Culture History*. New York (US): Plenum, 1997.
- MABILDE, A. P. T. Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação “coroados” que habitam os sertões do Rio Grande do Sul. *Documentos*, v. 2, p. 141-172, 1988. Transcrição do original publicado em 1897 e 1899.
- MCKERN, W. C. The Midwestern Taxonomic Method as an Aid to Archaeological Culture Study. *American Antiquity*, v. 4, p. 301-313, 1939.
- MEGGERS, B. J.; EVANS, C. A utilização de sequências cerâmicas seriadas para inferir comportamento social. *Instituto de Arqueologia Brasileira Boletim*, Série Ensaio, v. 3, 1985.

- MENGHIN, O. F. A. El poblamiento prehistórico de Misiones. *Anales de Arqueología y Etnología*, v. 12, p. 19-40, 1957.
- MENTZ RIBEIRO, P. A. Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista do CEPA*, v. 18, p. 13-184, 1991.
- MENTZ RIBEIRO, P. A. A tradição Taquara e as casas subterrâneas no sul do Brasil. *Revista de Arqueologia Americana*, v. 17/19, p. 9-49, 2000.
- MENTZ RIBEIRO, P. A. Casas subterrâneas no Planalto Meridional, município de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista do CEPA*, v. 9, p. 2-23, 1980.
- MENTZ RIBEIRO, P. A.; RIBEIRO, C. T. Levantamentos arqueológicos no município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista do CEPA*, v. 12, p. 49-124, 1985.
- MENTZ RIBEIRO, P. A. *et al.* Escavações arqueológicas no município de Bom Jesus/RS. *Revista de Arqueologia*, v. 8, p. 221-236, 1994.
- MÉTRAUX, A. Social Organization of the Kaingang and Aweikoma According to C. Nimuendajú's Unpublished Data. *American Anthropologist*, v. 49, p. 148-151, 1947.
- MÉTRAUX, A. The Caingang. In: STEWARD, J. H. (ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington, DC (US): Smithsonian Institution, 1946. v. 1, p. 445-475.
- MILDER, S. E. (ed.). COLÓQUIO SOBRE SÍTIOS CONSTRUÍDOS, 1., 2005, Santa Maria, RS. *Anais [...]*. Santa Maria, RS: LEPA, 2005.
- MILLER, E. T. Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do primeiro ano, 1965-1966. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 6, p. 15-38, 1967.
- MILLER, E. T. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do quarto ano, 1968-1969. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 15, p. 37-70, 1971.
- MILLERJR., T. O. Arqueologia da região central do estado de São Paulo. *Dédalo*, v. 16, p. 13-118, 1972.
- MILLERJR., T. O. Tecnologia cerâmica dos Caingang paulistas. *Arquivo do Museu Paranaense*, Nova Série, v. 2, 1978.
- MONTEIRO, J. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, J. Tupis, Tapuias e a história de São Paulo: revisitando a velha questão Guaianá. *Novos Estudos Cebrap*, v. 34, p. 125-135, 1992.
- MORAIS, J. L. A Ocupação do espaço em função das formas de relevo e o aproveitamento das reservas petrográficas por populações pré-históricas do Paranapanema/SP. *Coleção Museu Paulista*, Série Arqueologia, v. 6, 1979.
- MORAIS, J. L. Arqueologia de Canoas: projeto Paranapanema, Consórcio Canoas, CESP & CBA, 1997-1999, Relatório Final. 1999.
- MORAIS, J. L. Prospecções arqueológicas no Médio Paranapanema paulista. *Revista de Pré-História*, v. 6, p. 216-220, 1984.

- MOTA, L. T. Relações interculturais na bacia dos rios Paranapanema/Tibagi no século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 17-22 jul. 2005, Londrina, PR. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2005.
- NAMEM, A. M. A pré-história dos Botocudo do estado de Santa Catarina. *Revista de Arqueologia*, v. 8, p. 157-165, 1994.
- NEVES, W. A. Paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina). 1984. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- NIMUENDAJÚ, C.; GUÉRIOS, R. F. M. Cartas etnolinguísticas. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v. 2, p. 207-241, 1948.
- NOELLI, F. S. A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas, 1872-2000. *Revista USP*, v. 44, p. 218-269, 2000a. Dossiê: Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira II.
- NOELLI, F. S. Repensando os rótulos e a história dos Jê do Sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. In: MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. (org.). Urí e Wáxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina, PR: Eduel, 2000b. p. 9-57.
- PALLESTRINI, L. Sítio arqueológico Alves. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v. 21, p. 47-96, 1974.
- PETRONE, P. Aldeamentos paulistas. São Paulo: Edusp, 1995.
- PHILLIPS, P.; WILLEY, G. R. Method and Theory in American Archaeology: An Operational Basis for Culture-Historical Integration. *American Anthropologist*, v. 55, p. 615-633, 1953.
- PIAZZA, W. F. A área arqueológica dos Campos de Lages: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do terceiro ano, 1967-1968. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 13, p. 63-125, 1969.
- PIAZZA, W. F. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. 2. ed., rev. e ampl. *Cadernos de Arqueologia*, v. 1, p. 119-148, 1976.
- PREZIA, B. A. *Os indígenas do Planalto Paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 2000.
- PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Brasília, DF: Editora UnB, 1992.
- PROUS, A. Première information sur les maisons souterraines de l'état de São Paulo. *Revista de Pré-História*, v. 1, p. 127-145, 1979.
- REIS, J. A. *Para uma arqueologia dos buracos de Bugre: do sintetizar, do problematizar, do propor*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
- REIS, M. J. *A Problemática das estruturas subterrâneas no Planalto Catarinense*. 1982. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- RIZZO, A. Hallazgos arqueológicos efectuados en un yacimiento en gruta en Tres de Mayo, Provincia de Misiones, República Argentina. *Pesquisas, Antropologia*, v. 18, p. 11-19, 1968.
- ROBRAHN, E. M. *A Ocupação pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguape/SP: os grupos ceramistas do Médio Curso*. 1988. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- ROBRAHN-GONZALEZ, E. M. Diversidade cultural entre os grupos ceramistas do sul-sudeste brasileiro: o caso do Vale do Ribeira de Iguape. In: TENÓRIO, M. C. (org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 293-306.

- ROBRAHN-GONZALEZ, E. M. O programa arqueológico do Rodoanel Metropolitano de São Paulo, trecho Oeste: ciência, preservação e sustentabilidade social. *Revista do IPHAN*. No prelo.
- ROBRAHN-GONZALEZ, E. M.; ZANETTINI, P. E. *Relatório do programa de resgate da linha de transmissão 440 kV (Taquaruçu-Assis-Sumaré/SP), realizado para a Siemens SA*. <Local de publicação>: <Editora/Instituição responsável pela publicação>, 2002.
- RODRÍGUEZ, J. A. Arqueología del sudeste de Sudamérica. In: MEGGERS, B. J. (ed.). *Prehistoria Sudamericana: Nuevas Perspectivas*. Washington, DC (US): Taraxacum, 1992. p. 177-209.
- ROHR, J. A. Os sítios arqueológicos do município sul-catarinense de Jaguaruna. *Pesquisas, Série Antropologia*, v. 22, 1969.
- ROHR, J. A. Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense, Brasil. *Pesquisas, Antropologia*, v. 24, 1971.
- SAKAI, K. *Notas arqueológicas do estado de São Paulo*. São Paulo: Nippon'Art, 1981.
- SCHADEN, E. Os primitivos habitantes do território paulista. *Revista de História*, v. 18, p. 385-406, 1954.
- SCHADEN, F. S. G. Xokleng e Kaingáng: notas para um estudo comparativo. *Revista de Antropologia*, v. 6, p. 105-112, 1958.
- SCHMITZ, P. I. Algumas datas de carbono 14 de casas subterrâneas do Planalto do Rio Grande do Sul. *Pesquisas-Antropologia*, v. 20, p. 163-167, 1969.
- SCHMITZ, P. I. (coord.). Arqueologia do Rio Grande do Sul. *Pesquisas, Antropologia*, v. 16, p. 1-58, 1967.
- SCHMITZ, P. I. As tradições ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil: Documentos*, v. 2, p. 75-130, 1988.
- SCHMITZ, P. I. (ed.). Casas subterrâneas nas Terras Altas do sul do Brasil. *Pesquisas, Antropologia*, v. 58, 2002.
- SCHMITZ, P. I. Migrantes da Amazônia: a tradição Tupi-guarani. *Pré-História do Rio Grande do Sul: Documentos*, v. 5, p. 31-66, 1991.
- SCHMITZ, P. I.; BECKER, I. I. B. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil: Documentos*, v. 5, p. 67-96, 1991.
- SCHMITZ, P. I.; BROCHADO, J. P. Arqueologia de Rio Grande do Sul, Brasil. In: SCHMITZ, P. I. (ed.). *Contribuciones a la Prehistoria de Brasil*. Pesquisas – Antropologia, São Leopoldo, 32: 161-183, 1981.
- SCHMITZ, P. I. et al. (ed.) *Os cultivadores do planalto e do litoral: temas de arqueologia brasileira*. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás, 1980. v. 5.
- SCHMITZ, P. I. et al. O projeto Vacaria: casas subterrâneas no planalto rio-grandense. In: SCHMITZ, P. I. (ed.). *Casas Subterrâneas nas Terras Altas do Sul do Brasil*. Pesquisas – Antropologia, São Leopoldo, 58: 11-105, 2002.
- SGANZERLA, E. M. et al. A arqueologia do contorno leste de Curitiba. *Arqueologia*, v. 7, p. 1-88, 1996.
- SILVA, F. A. As cerâmicas dos Jê do Sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. In: MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. (org.). *Uri e Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina, PR: Eduel, 2000, p. 59-80.
- SOARES DE SOUZA, G. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Edusp, 1971.

SOUZA, G. N. O material lítico polido do interior de Minas Gerais e São Paulo: primeiras observações e dados preliminares. *In: CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA*, 13., 2005, Campo Grande, MS. *Anais [...]*. Campo Grande, MS: Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), 2005. CD-ROM.

SPOSITO, F. Conflitos entre indígenas e paulistas na ocupação dos extremos da província de São Paulo (1822-1845). *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 23., 17-22 jul. 2005, Londrina, PR. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2005.

STADEN, H. *Duas viagens ao Brasil*. São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1974.

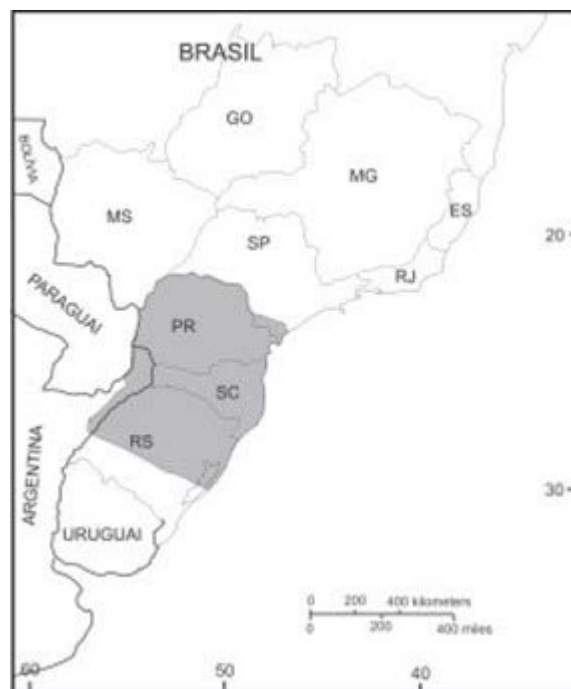
TOMMASINO, K. História dos Kaingang da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. *In: CUNHA, M. C. (org.). História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP; SMC; Companhia das Letras, 1992. p. 87-102.

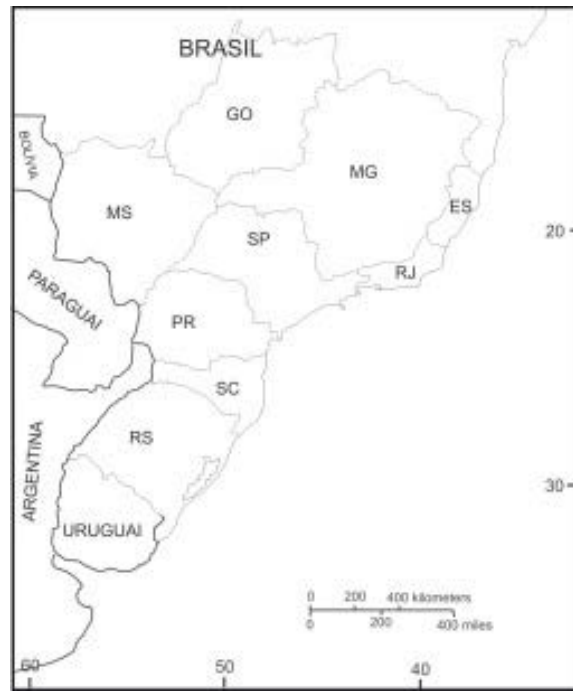
VON IHERING, H. Os Guayanás e Caingangs de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, v. 6, p. 23-44, 1904.

WILLEY, G. R.; PHILLIPS, P. *Method and Theory in American Archaeology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.

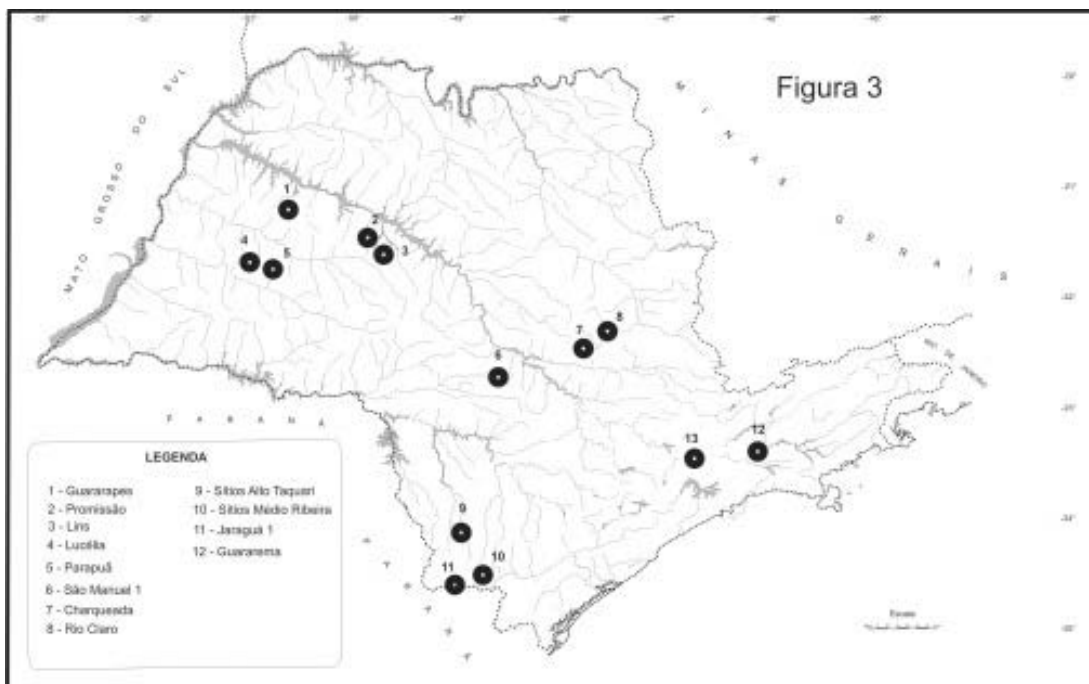
Mapa 1. Área de distribuição da cerâmica Itararé-Taquara, tradicionalmente reconhecida na bibliografia arqueológica. O limite norte da distribuição é inferido



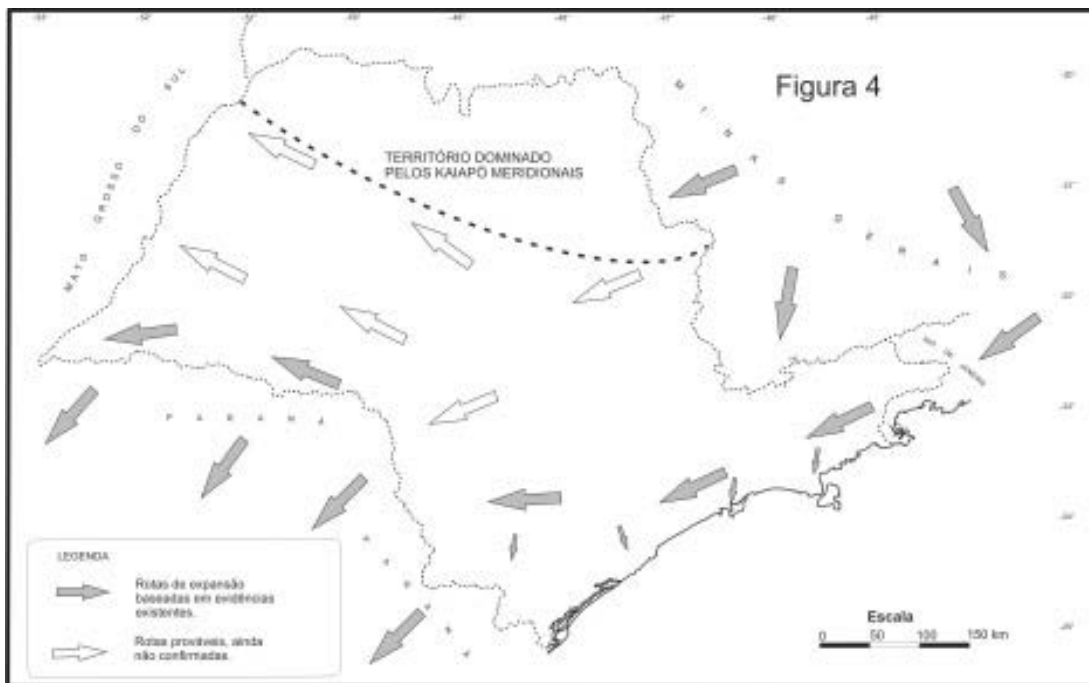
Mapa 2. Prováveis rotas de expansão de grupos Jê no rumo sul, conforme a distribuição de cerâmicas Una e Itararé-Taquara



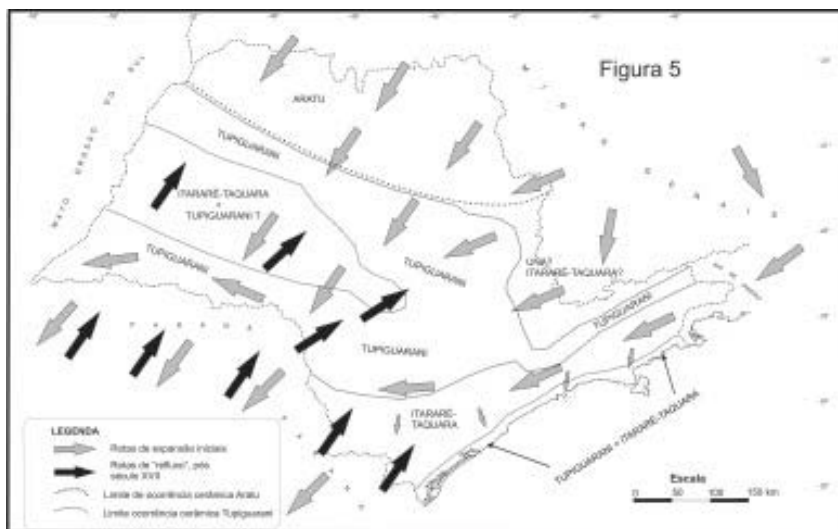
Mapa 3. Sítios arqueológicos atribuíveis à tradição Itararé-Taquara existentes no estado de São Paulo



Mapa 4. Possíveis rotas de expansão de grupos Jê no rumo sul, passando por SP. As setas escuras se baseiam em evidências mais fortes. As setas claras assinalam rumos sugeridos, mas que dependem de mais dados. Neste cenário, o norte do estado já estaria sendo ocupado pelos Kaiapó Meridionais



Mapa 5. Modelo de expansão Jê do Sul (setas cinza) anterior ao estabelecimento de outros grupos, portadores de cerâmica Aratu e Tupi-guarani. As linhas pontilhadas apresentam os limites aproximados ou inferidos da ocorrência dos diversos tipos de cerâmica. As setas negras indicam um possível refluxo da expansão de grupos Jê do Sul, que teria ocorrido após o século XVII



Quadro 1. Aspectos das diferentes fases dentro das tradições Itararé, Casa de Pedra e Taquara

Estado/tradição/ fase	Atributos da cerâmica	Casas subterrâneas	Estruturas de terra
PR/SP/ Itararé/ Itararé	Fina, maior parte simples, vasos pequenos.	Ausentes.	Ausentes.
PR/Itararé/ Açungui	Fina, simples, raro engobo vermelho	Presentes.	Montículos, estruturas lineares.
PR/Itararé/ Catanduva	Fina, maior parte simples, vasos pequenos.	Presentes.	Montículos elípticos.
PR/Itararé/ Candói	Fina, maior parte simples, vasos pequenos.	Presentes.	Ausentes.
PR/Itararé/ Xagu	Fina, até 36 % decorada, vasos pequenos.	Ausentes.	Ausentes.
PR/Itararé/ Cantu	Fina, maior parte simples, vasos pequenos.	Presentes.	Montículos circulares, estruturas lineares.
PR/Itararé/ Pacitá”	Fina, maior parte simples, vasos pequenos.	Ausentes.	Ausentes.
PR/ Casa de Pedra / Casa de Pedra	Fina, simples, bem alisada, vasos pequenos.	Ausentes.	Ausentes.
SC/Taquara/ Itapiranga	Fina, maior parte simples, vasos pequenos.	Ausentes.	Ausentes.
RS / Taquara / Guatambu	Fina, maior parte simples, vasos pequenos.	Presentes.	Montículos circulares e elípticos, estruturas lineares.
RS/Taquara/ Taquara	Fina, maior parte decorada, vasos pequenos.	Presentes.	Montículos, galerias subterrâneas.
RS/Taquara/ Erveiras	Fina, maior parte decorada, vasos pequenos.	Presentes.	Montículos elípticos, galerias subterrâneas.
RS/Taquara/ Guabiju	Fina, maior parte simples, vasos pequenos.	Presentes.	Montículos circulares, estruturas lineares.
RS/Taquara / Taquaruçu”	Fina, maior parte simples, vasos pequenos.	Ausentes (?).	Ausentes (?).
RS/Taquara/ Giruá “	Fina, tanto simples como decorada, vasos pequenos.	Ausentes (?).	Ausentes (?).
RS/SC/Taquara/ Xaxim “	Fina, maior parte simples, vasos pequenos.	Ausentes (?).	Ausentes (?).

♦ Fase definida com base em quatro sítios.

♣ Fase definida com base em dois sítios.

♣ Fase definida com base em quatro sítios.

□ Fase definida com base em três sítios.

Quadro 2. Cronologia das tradições Itararé, Casa de Pedra e Taquara

Fase/sítio (Estado)	Número amostra	Idade publicada (AD)	Desvio padrão (")	Idade C14 (AP)	Correção Hemisfério Sul (AP)	Desvio padrão (")	Cal a.C./AD
Guatambu (RS)	SI-813	140	85	1810	1786	85	AD 241
RS-S-359	SI-2344			1740	1716	65	AD 264, 273, 339
RS-S-328	SI-2345			1655	1631	65	AD 421
Guatambu (RS)	SI-810	865	75	1085	1061	75	AD 990
Guatambu (RS)	SI-812	1000	80	950	926	80	AD 1044, 1089, 1121
Guatambu (RS)	SI-2343	1250	60	700	676	60	AD 1296
Taquara (RS)	SI-607	430	90	1520	1496	90	AD 564, 572, 577
Taquara (RS)	SI-805	435	105	1515	1491	105	AD 598
Taquara (RS)	SI-603	470	70	1480	1456	70	AD 617
Taquara (RS)	SI-806	565	95	1385	1361	95	AD 661
Taquara (RS)	SI-414	570	110	1380	1356	110	AD 662
Taquara (RS)	SI-605	620	100	1330	1306	100	AD 687
Taquara (RS)	SI-601	650	70	1300	1276	70	AD 694, 697, 717
Taquara (RS)	SI-409	760	100	1190	1166	100	AD 888
Taquara (RS)	SI-602	810	40	1140	1116	40	AD 900, 919, 959
Taquara (RS)	SI-808	980	95	970	946	95	AD 1038, 1143, 1149
Taquara (RS)	SI-606	1110	60	840	816	60	AD 1222
Taquara (RS)	SI-604	1320	70	630	606	70	AD 1325, 1348, 1391
Taquara (RS)	SI-1201	1320	205	630	606	205	AD 1325, 1348, 1391
Taquara (RS)	SI-608	1330	90	620	596	90	AD 1328, 1345, 1394
Erveiras (RS)	SI-4066	1035	145	915	891	145	AD 1161
Guabiju (RS)	SI- 6563	1300	55	650	626	55	AD 1305, 1366, 1386
Guabiju (RS)	SI-6561	1315	45	635	611	45	AD 1322, 1350, 1390
Guabiju (RS)	SI-6558	1485	40	465	441	40	AD 1442
Guabiju (RS)	SI-6562	1530	55	420	396	55	AD 1472
Guabiju (RS)	SI-6556	1560	50	390	366	50	AD 1488
Guabiju (RS)	SI-6559	1595	50	355	331	50	AD 1522, 1576, 1626
Taquaruçu (RS)	SI-598	1120	60	830	806	60	AD 1225, 1226, 1243

continua...

Quadro 2. Continuação

Fase/sítio (Estado)	Número amostra	Idade publicada (AD)	Desvio padrão (")	Idade C14 (AP)	Correção Hemisfério Sul (AP)	Desvio padrão (")	Cal a.C./AD
Taquaruçu (RS)	SI-599	1790	70	160	136	70	AD 1686, 1731, 1809
Giruí (RS)	SI-600	1550	100	400	376	100	AD 1483
SC-CL-? (SC)	SI-811			1920	1896	50	AD 88, 100, 125
Xaxim(SC)	SI-825	975	95	975	951	95	AD 1037, 1144, 1148
Xaxim (SC)	SI-597	1620	90	330	306	90	AD 1533, 1541, 1636
Forte Mal. Luz (SC)	MI-1202	1070	100	880	856	100	AD 1194, 1197, 1210
Base Aérea (SC)	SI-243	1150	70	800	776	70	AD 1264
SC-IÇ-01 (SC)	Beta 72196			1580	1556	60	AD 535
SC-IÇ-01 (SC)	Beta 72197			1470	1446	60	AD 621, 631, 636
Praia da Tapera (SC)	SI-245	810	180	1140	1116	180	AD 900, 919, 959
Praia da Tapera (SC)	SI-246	920	180	1030	1006	180	AD 1020
PR-UV-12 (PR)	SI-892			810	786	90	AD 1261
Casa de Pedra (PR)	SI-141	1150	50	800	776	50	AD 1264
PR-UV-11 (PR)	SI-1010			680	656	70	AD 1300, 1374, 1377
Catanduva (PR)	SI-691	1345	120	605	581	120	AD 1331, 1340, 1398
Catanduva (PR)	SI-692	1695	100	255	231	100	AD 1659
Candói (PR)	SI-2197	475	65	1475	1451	65	AD 619, 634, 635
Cantu (PR)	SI-2193	1105	100	845	821	100	AD 1221
Cantu (PR)	SI-2194	1215	95	735	711	95	AD 1286
Cantu (PR)	SI-2192	1480	95	470	446	95	AD 1441
Proj. Passaúna (PR)	Beta 22644	1102	70	848	824	70	AD 1220
Proj. Passaúna (PR)	Beta 22646	1492	50	458	434	50	AD 1444
Sítio BS-19 (SP)	GIF-10040	1355	50	595	571	50	AD 1334, 1337, 1400
Torre de Pedra (SP)	GIF-10041	1680	60	270	246	60	AD 1654

continua...

Quadro 2. Continuação

Fase/sítio (Estado)	Número amostra	Idade publicada (AD)	Desvio padrão (")	Idade C14 (AP)	Correção Hemisfério Sul (AP)	Desvio padrão (")	Cal a.C./AD
Areia Branca 5 (SP)	Beta 24751	-	-	880	856	60	AD 1194, 1197, 1210
Areia Branca 5 (SP)	LVD 297 (TL)	-	-		830	70	AD 1100 – AD 1240
Areia Branca 6 (SP)	Beta 24752	-	-	1430	1406	60	AD 648
Areia Branca 6 (SP)	Beta 35824	-	-	1530	1506	40	AD 545 – AD 560

Fonte: Datas retiradas de De Blasis (1996; com. pessoal, 1999); Chmyz (1980); Mentz Ribeiro (1985); Noelli (2000a); Schmitz (1988); Schmitz & Brochado (1981); Sganzerla et al. (1996) e calibradas de acordo com Stuiver & Reimer (1998a,b).

Quadro 3. Datações obtidas para o Alto Taquari

Sítio	Filiação	Idade (método)	Faixa cronológica	Laboratório/número da amostra
Arlindo Cruz	Itararé-Taquara	1.000 ± 100 anos (TL)	AD 900 ~ 1.100	LACIVID 40114
Arlindo Cruz	Itararé-Taquara	890 ± 130 anos (TL)	AD 980 ~ 1.240	LACIVID 40112
Arlindo Cruz	Itararé-Taquara	620 ± 40 anos (TL)	AD 1.340 ~ 1.420	LACIVID 40113
Gasbol 8	Itararé-Taquara	1.540 ± 150 anos (TL)	AD 310 ~ 610	LVD 339
Müzel	Itararé-Taquara	1.530 ± 170 anos (TL)	AD 300 ~ 640	LACIVID 40115
Quatis	Itararé-Taquara	1.160 ± 100 anos (TL)	AD 740 ~ 940	LVD 340

Fonte: Araujo (2001).